

5. A invenção da internacionalização

Apesar de produzido para representar o centenário da Proclamação da República, o samba da escola vencedora do carnaval carioca de 1989 – *Liberdade, liberdade! Abre as asas sobre nós!* – é simbólico do momento pelo qual passava o Brasil, a caminho de suas primeiras eleições diretas para presidente depois de 20 anos de regime militar, e o mundo, com a derrocada do sistema comunista na União Soviética e seus arredores.

Liberdade!, Liberdade!
Abre as asas sobre nós
E que a voz da igualdade
Seja sempre a nossa voz, mas eu digo que vem
Vem, vem reviver comigo amor
O centenário em poesia
Nesta pátria mãe querida
O império decadente, muito rico incoerente
Era fidalguia e por isso que surgem
Surgem os tamborins, vem emoção
A bateria vem, no pique da canção
E a nobreza enfeita o luxo do salão, vem viver
Vem viver o sonho que sonhei
Ao longe faz-se ouvir
Tem verde e branco por aí
Brilhando na Sapucaí e da guerra
Da guerra nunca mais
Esqueceremos do patrono, o duque imortal
A imigração floriou, de cultura o Brasil
A música encanta, e o povo canta assim e da princesa
Pra Isabel a heroína, que assinou a lei divina
Negro dançou, comemorou, o fim da sina
Na noite quinze e reluzente
Com a bravura, finalmente
O Marechal que proclamou foi presidente
Liberdade!, Liberdade!
Abre as asas sobre nós
E que a voz da igualdade

Seja sempre a nossa voz,
Liberdade!, Liberdade!
Abre as asas sobre nós

Os tambores da Imperatriz Leopoldinense abriam assim 1989, o ano político por excelência, até no carnaval. Em 15 de novembro, o país escolheria dois candidatos que iriam disputar o segundo turno das eleições presidenciais, em 17 de dezembro. Em 15 de março de 1990, tomaria posse o primeiro presidente eleito democraticamente em 20 anos.

As mudanças políticas foram acompanhadas de transformações também no campo econômico, interna e externamente. Como escreveu Eric Hobsbawm (1994, p.537), “faltava inteiramente ao mundo da década de 1990 qualquer sistema ou estrutura internacional”. O historiador britânico lembra das dezenas de Estados territoriais “sem qualquer mecanismo independente para determinar suas fronteiras” surgidos a partir de 1989.

Onde estava o consórcio de grandes potências que antes estabelecia, ou pelo menos ratificava, fronteiras contestadas? Onde estavam os vencedores da Primeira Guerra Mundial que supervisionavam o novo desenho do mapa da Europa e do mundo, fixando uma linha de fronteira aqui, insistindo num plebiscito ali? (Onde, na verdade, estavam aquelas conferências internacionais de trabalho tão conhecidas dos diplomatas do passado, tão diferentes das breves conferências de cúpula para fins de relações públicas e sessões de fotos que agora tomavam o seu lugar?) (Hobsbawm, 1996, p.538)

De um lado, ruiu o comunismo soviético e, junto com ele, a tentativa de sustentar a economia na propriedade universal pelo Estado dos meios de produção e no planejamento centralizado estatal. Do outro lado, “a contra-utopia oposta à soviética também se achava demonstravelmente em bancarrota”. (p.543)

Esse ambiente de questionamento das ideologias e do próprio papel do Estado e da política passava no Brasil pela crise econômica da “década perdida” e da hiperinflação, bem como pelo ambiente político marcado pela primeira campanha presidencial no país após o regime militar. De 1989 para 2007, no momento em que este texto está sendo escrito, muita coisa mudou, e de alguma forma o fim dos anos 1980 é paradigmático como fornecedor de linguagem ao debate político e econômico posterior.

No que diz respeito ao comércio exterior, é bastante representativa o fim à proibição da importação de 131 produtos, anunciada em 4 de maio de 1990, pelo governo re-

cém-eleito Fernando Collor de Mello. Como mostra matéria do jornal *O Globo*, no dia seguinte ao anúncio, a impressão vigente era de que a medida se tratava do “primeiro passo para a liberalização do comércio exterior”.¹

O Ministério da Economia começou a colocar em prática a nova política de comércio exterior, ao divulgar ontem a Portaria 259, que atualiza tarifas de 131 produtos até agora com a importação proibida. Na lista de liberados estão automóveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, produtos químicos, óculos, relógios e brinquedos.²

Traçava-se um novo caminho para as relações econômicas internacionais do país. De onde vem essa mudança? Qual a sua natureza? Como afirmado anteriormente, a mudança institucional não pode ser explicada apenas pela incidência de crise. É preciso também entender como a crise é interpretada e quais os alvos e as propostas que surgem originadas e dependentes das interpretações.

Apresentado o objeto e seu contexto histórico, a forma estabelecida de análise, bem como os objetivos do trabalho, passa-se agora, neste capítulo 5, para a pesquisa propriamente dita. Dessa forma, este se divide em três seções fundamentais. A primeira (5.1) trata da percepção do momento, basicamente de como o momento é percebido pela mídia representativa no momento, trata do que vem sendo chamado neste trabalho de “idéias-contexto”. Em seguida, como clara é a noção de crise, tanto interna quanto nas relações econômicas internacionais do país, a segunda seção (5.2) procura identificar as “idéias-alvos” que estão sendo apontadas como culpadas da situação. A terceira (5.3) faz uma arqueologia simbólica das soluções apresentadas, sai em busca do “o que fazer?”, das “idéias-propostas”, todas em um ambiente, como foi visto, de crise e incerteza generalizadas. A intenção, ao fim, é construir um entendimento, a partir deste tipo de interpretação, de como aterrissam e são digeridos pela mídia no Brasil o fim da Guerra Fria e a globalização dos mercados, e o que isso pode significar para o comportamento do país no ambiente internacional, em especial no terreno da economia.

¹ O Globo, “Governo põe fim à proibição de importar”, Economia, 5 mai 1990, p.22.

² Idem.

5.1 Idéias-contexto: interpretações do mundo ao redor

O primeiro passo do caminho analítico aqui proposto sobre o período escolhido passa pela interpretação *do* momento feita *no* momento. Qual é a interpretação do momento, no momento? Como o mundo está sendo interpretado no Brasil em 1989? Como a situação brasileira era vista? Como era pensada a forma de integração do Brasil à economia mundial? É importante perceber que não se trata de uma interpretação deslocada – quando muitas vezes uma racionalidade própria de outro tempo se sobrepõe ao pensamento histórico. Aqui, a exatidão dos números não importa, mas sim como o objeto – a relação econômica do Brasil com o mundo – está sendo interpretado no seu próprio momento histórico.

Este primeiro salto analítico se decompõe em três subseções. A primeira diz respeito à crise do Brasil na sua relação com a economia mundial, representada pela sombra da “crise cambial”, que pairava aterrorizando o país desde o pico do início da década. A segunda é relativa à própria crise interna brasileira em seus múltiplos aspectos, a noção de que o país havia atingido uma crise “sem precedentes”, representada na inflação, na corrupção, na falência dos serviços públicos, no ataque aos servidores públicos. A terceira aborda a idéia de um “mundo em transformação”, onde está o fim dos regimes comunistas, a derrocada do Pacto de Varsóvia, os processos de integração comercial multilaterais e em blocos, o *boom* tecnológico industrial.

Sobre a primeira, vale perceber que a percepção de uma crise cambial leva o debate diretamente para a polêmica das exportações e da participação do capital estrangeiro na economia brasileira, relativamente restringido na Constituição de 88. Na segunda, a idéia que prevalece é resultado de um momento que combina crise extremada e as primeiras eleições presidenciais democráticas no país após 20 anos de regime militar, o que reforça a noção de quebra de paradigma, ou seja, de que era necessária uma transformação total e irrestrita, no que diz respeito à relação do Estado com o mercado e mesmo com a sociedade em geral. Nesse sentido, a própria interpretação da crise – o que é? de onde vem? etc. – limita e constrói, ao mesmo tempo, a transformação.

Na terceira seção, percebe-se que não só a crise interna limita e constrói a transformação, a percepção do *momentum* externo também o faz. Em 1989, a Hungria deixou o

Pacto de Varsóvia, permitindo aos seus cidadãos ir e vir do Ocidente. No mesmo ano, Estados Unidos e Canadá acordaram o acordo que levaria ambos os países até o North American Free Trade Agreement, a Europa seguia em frente a passos largos rumo a União, o milagre asiático exportador florescia, a tecnologia quebrava barreiras de forma paradigmática, como as de comunicação e integração industrial. Tudo ao mesmo tempo agora: necessidade de integração, acesso à tecnologia, mais liberdade à participação do capital estrangeiro na economia, à iniciativa privada, globalização, fim do comunismo, democracia. As interpretações da mudança são, sem dúvida alguma, uma força influente fundamental de transformação política – ainda mais em momentos de crise extrema e incerteza generalizada.

5.1.1 A crise no setor externo da economia brasileira

Uma das primeiras e grandes preocupações instaladas desde o início do ano de 1989 disse respeito à possibilidade de uma crise cambial. O trauma do início da década ainda não havia arrefecido. Um editorial do jornal *O Globo*, por exemplo, publicado em 30 de janeiro de 1989, afirmou: “O câmbio tem sido o fator que desencadeou a maioria das crises econômicas na história econômica recente do Brasil (pode-se até dizer, sem exagero, que o País ainda não se recuperou do ataque de 1982)”.³ O Brasil vivia desde o início da década sob a ameaça de uma nova crise cambial. O ajuste da taxa de câmbio para baixo impulsionara as exportações, mas o programa antiinflacionário (plano Verão) exigia parâmetros mais fixos do preço da moeda, o que não conseguia ser alcançado com o descontrole das finanças públicas. “Embora haja o compromisso do Presidente da República de que as despesas do Governo ficarão equilibradas com a receita, os agentes não parecem acreditar no controle monetário”, diz o mesmo editorial de *O Globo*.

Esse tipo de interpretação unia as questões do câmbio, da inflação e do déficit público, mostrando de forma bastante clara uma ligação entre objetos do ambiente político econômico interno (inflação e déficit público) e das relações econômicas internacionais

³ O Globo, “Torneiras fechadas”, 30 jan 1989, p.4.

do país (câmbio). Esse ponto inclusive tornou-se bastante influente após o Plano Cruzado, quando se difunde a idéia de que o congelamento *per se* não é suficiente para garantir a estabilidade de preços, é preciso também controlar o déficit público e estabilizar o preço da moeda.⁴

A crise nas relações da economia brasileira com o mundo era intimamente ligada ao estrangulamento externo do início da década. Em artigo de 16 de julho, Hermann Wever, presidente da Siemens e vice-presidente da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base, ressalta o tema ao analisar problemas como a queda do investimento europeu no Brasil:

É bastante claro que a eclosão do problema da dívida externa dos países em desenvolvimento em setembro de 82, com o conseqüente estancamento do fluxo de novos capitais de empréstimos e concomitante aumento do custo do pagamento do serviço da dívida, foi fator inibidor do crescimento econômico nos últimos anos.⁵

Nisso concordavam direita e esquerda. É exatamente o que diz Maria da Conceição Tavares em um artigo de 2 de agosto, na *Folha de S. Paulo*. No texto, a autora chama a atenção para as “mudanças dramáticas das condições de financiamento externo a partir do período 1979-82”, como um consenso em relação à “raiz da aceleração inflacionária ocorrida na década de 80” na América Latina.⁶ É a partir desse ponto, como bem afirma Tavares, que as divergências começavam. Divergências essas que abriam um espectro entre os que apontavam para o Estado como culpado e pregavam a integração e um outro lado que preferia adotar a defesa de uma postura mais independente com o acúmulo compulsório de reservas e renegociação posterior dos serviços da dívida.⁷

⁴ No mesmo editorial de 30 de janeiro de 1989, *O Globo* diz: “O economista Francisco Lopes [um dos pais do plano Cruzado], afirmou, no lançamento do seu livro, há poucos dias, que o congelamento de preços não é âncora suficientemente capaz de garantir a estabilidade de preços”. (*O Globo*, “Torneiras fechadas”, 30 jan 1989, p.4.)

⁵ H. Wever, “Um círculo vicioso”, in *O Globo*, 16 jul 1989, p.4.

⁶ M. da C. Tavares, “Sem reservas não chegaremos lá”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 2 ago 1989, p.A-3.

⁷ Idem.

Em editorial de 22 de janeiro – “Renegociar a dívida” – a *Folha de S. Paulo* também ressalta o “papel das constrições externas a um programa de desenvolvimento sustentado e de estabilidade monetária”.⁸

Não há dúvida de que a questão da dívida externa, tal como é entendida tradicionalmente pelos credores, vem conduzindo o país a uma situação insustentável. Trata-se de articular um esforço sério no rumo de sua redefinição – e mesmo algumas autoridades importantes dos países desenvolvidos já têm reconhecido, há muito, a importância de saídas criativas para o problema.⁹

A questão era vista como algo que, mesmo tendo passado o pico do início da década, ainda atormentava o sono dos brasileiros. Em um editorial de 27 de julho de 1989, a *Folha de São Paulo* apontou para a incapacidade do governo Sarney, em seu último ano, de lidar com o problema da dívida:

As dificuldades enfrentadas pelo Brasil na tentativa de acertar um acordo de transição com o FMI surgem como decorrência previsível do descrédito do atual governo. A incapacidade do Executivo e do Congresso em tomar iniciativas que apontem para uma redefinição mais ampla da economia brasileira se reflete, assim, em novos e angustiantes focos de pressão no setor externo, tendendo a agravar ainda mais os obstáculos à retomada do desenvolvimento e à estabilização da moeda.¹⁰

O “estrangulamento externo” foi um ponto comum de partida para construções interpretativas do momento (e sobre o momento), bem como para propostas políticas de mudança institucional. Em 1º de junho, o recém-empossado presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Paulo Manoel Protásio, publicou um artigo em *O Globo* no qual procurou fazer uma “revisão” do “modelo exportador” então vigente, segundo ele adotado para se combater as mazelas trazidas pela crise do petróleo e da dívida externa.¹¹

⁸ Folha de S. Paulo, “Renegociar a dívida”, Opinião, 22 jan 1989, p.A-2.

⁹ Idem.

¹⁰ Folha de S. Paulo, “País em descrédito”, Opinião, 27 jul 1989, p.A-2.

¹¹ “A crise do petróleo e da dívida externa obstruiu o caminho da nossa economia” (P.M. Protásio, “‘O modelo exportador’ revisitado”, in *O Globo*, O País, 1 jun 1989, p.5).

Devemos recuperar o sentido real das exportações brasileiras. Nada mais representa do que nossa capacidade de gerar divisas para a importação de bens, serviços e tecnologia, os quais não temos vocação ou capacidade de produzir internamente. O mercado externo significa eficiência, significa mercado em expansão, demanda externa para os nossos produtos agrícolas e industriais, traduzindo-se em economia de escala reduzindo os preços para o consumidor brasileiro.¹²

De fato, o debate sobre o papel das exportações ganhou destaque após a crise do início dos anos 1980. O modelo exportador estava na defensiva em 1989.

Não à toa, Protásio escreve em defesa das exportações e do modelo exportador: “Culpar o dinamismo das exportações é disparar para o lado errado”, afirmou.¹³ De fato, o ataque interno às vendas externas do país, representado no samba-enredo da São Clemente daquele ano, associava “exportações” e “modelo exportador” a uma posição que defendia graus maiores de abertura e integração da economia nacional com o mercado internacional. Ao mesmo tempo, é importante lembrar que enquanto as exportações cresciam volumosamente a situação interna era de crise extremada. O modelo exportador pode ter reequilibrado parcialmente as contas externas, como afirmam Carneiro e Modiano (in Abreu, 1990, p.323-46), mas não conseguiu de forma alguma lidar com a inflação – até porque não era este o seu alvo.

Da mesma forma, um argumento invertido chamava a atenção para a “xenofobia” da bandeira antiexportadora.

A volta da xenofobia no setor externo e da caça às bruxas das exportações ironicamente redundará na perda de décadas de restrições internas pagas principalmente pelo consumidor brasileiro.¹⁴

Sobre esse ponto, vale lembrar da posição explicitada pelo então candidato Fernando Collor de Mello sobre o tema, em artigo publicado em *O Globo*, em 31 de maio de 1989. Nesse contexto, Collor se posicionará contra a “xenofobia” no que diz respeito ao setor externo mas também contra o próprio “modelo exportador”. Como afirmou na época-

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ Idem.

ca: “O aumento das exportações é, antes de ser uma solução, apenas um sintoma da crise.”¹⁵

Fica claro, portanto, que caminhos diferenciados foram passíveis de serem formados a partir do mesmo ponto de origem: o estrangulamento externo. Trata-se de um debate sobre a forma da integração. Nesse ringue ideológico que discute e acaba por constituir as relações econômicas internacionais do país, o “modelo exportador”, atacado tanto pela “xenofobia” quanto pela crítica à forte intervenção do Estado no mercado, se torna um alvo em potencial de outras idéias, outras opções de integração. Aquele breve momento da internacionalização pelo “modelo exportador” seria colocado de lado, mas não descartado.

Nesse sentido, por exemplo, na defesa do modelo exportador contra a xenofobia, estava o consultor de comércio exterior da Confederação Nacional do Comércio, Carlos Tavares de Oliveira. Quando da grande viagem ao exterior que o recém-eleito presidente Fernando Collor de Mello fez antes de tomar posse, o especialista sugeriu que Collor, na Alemanha Ocidental, obtivesse dados sobre “o esquema básico de exportação e prosperidade” seguido por esse país.

Como se sabe, a RFA [República Federal da Alemanha] coloca no mercado externo cerca de 35% da sua Produção Interna Bruta-PIB, o que a levou, em 1968, a conquistar o título de maior exportador mundial com US\$ 323 bilhões. O Brasil, com apenas 10% deste total, vende para o exterior cerca de 10% do seu PIB, percentual que muitos acham demasiado.¹⁶

O caminho da internacionalização, aqui, tem como alvo principal a regulamentação sobre a participação do capital estrangeiro na economia, vista como restringida pela Constituição de 88. Vale perceber inclusive o paralelo com a União Soviética, que ganha força transformadora nas interpretações do contexto internacional da época: “Ao contrário da atrasada legislação brasileira, o capital externo pode ter maioria em qualquer empresa soviética, inclusive para exploração de petróleo e da informática”. O mesmo caso é citado com o exemplo da China, que fez uma “espetacular abertura ao capital estrangei-

¹⁵ F.C. de Mello. “O novo papel das exportações”, in *O Globo*, O País, 31 mai 1989, p.3.

¹⁶ C.T. de Oliveira, “Viagem do Presidente Collor”, in *O Globo*, 28 dez 1989, p.27.

ro”, decretada havia 10 anos. Além disso, o presidente também deveria conhecer “o esquema de apoio governamental à construção naval”, implementado pelo Japão.¹⁷ Nessa linha argumentativa, no entanto, como irá ficar mais claro no decorrer deste trabalho, a integração tem bases diferentes daquela em torno da redução do grau de intervenção e regulação do mercado pelo Estado – o que desmistifica a associação obrigatória entre a liberalização internacional e o enfraquecimento do papel do Estado sobre a economia – como já foi sugerido, o projeto desenvolvimentista tinha sua forma própria de internacionalizar. Mais integração não necessariamente significa menos Estado.

5.1.2 A crise do Estado

A crise cambial foi apenas uma das facetas de um “estado das coisas” percebido de forma generalizada como absolutamente calamitoso, o que, somado ao ambiente de campanha, na reta final da primeira eleição presidencial do país em mais de 20 anos, suscita uma idéia clara de que o momento é paradigmático e é preciso gerar uma mudança completa de rumo. Nesse sentido, escreve o então deputado federal Fernando Gasparian (PMDB-SP), em 2 de março de 1989: “Já hoje ninguém ignora que o Brasil atravessa a pior crise de sua história”.¹⁸ Naquele momento, o PIB brasileiro vinha de um baixíssimo histórico de crescimento, “2,4%a.a. entre 1980 e 1988”, o que gerou a taxa de “somente 0,2%a.a.” no crescimento da renda per capita no mesmo período, quando a inflação média anual chegou a 272%, “com o pico de 994% em 1988 (IGP-DI)”.¹⁹

Logo em 1º de janeiro, a *Folha de São Paulo*, em editorial, chamou atenção para o ambiente de crise:

Os dois últimos trimestres de 1988 foram capazes de reverter a queda que vinha se verificando nos dois anos, anteriores, superando, ainda que timidamente, as tendências contracionistas observadas até mea-

¹⁷ Idem.

¹⁸ F. Gasparian, “O fracasso das elites”, in *Folha de S. Paulo*, 2 mar 1989, p.A-3.

¹⁹ Idem.

dos de 1988. Mesmo assim, o ano que se encerra marca a pior performance da economia brasileira desde 1983.²⁰

O ano de 1988 terminava com uma queda no PIB per capita de 1,9%. A década chegava ao fim com uma taxa de investimento de 18%, bastante baixa se comparada com o pico acima dos 27% alcançado em meados dos anos 1970. Como afirmou a *Folha* na época, tratava-se da “estagnação crônica causada pelas limitações [inflacionárias] da oferta”.²¹

A simultaneidade entre a crise, a transformação no mundo e as eleições geram uma percepção fortíssima de mudança de rumo, instalada na percepção política da época. “A eleição presidencial de 15 de novembro ... assume uma particular importância por causa da enorme crise em que está mergulhado o nosso país”, escreveu o jurista Márcio Thomaz Bastos em artigo publicado na *Folha* em 13 de fevereiro.²²

Para Thomaz Bastos, a crise estava representada pela inconclusão “do trabalho constitucional” de 1988, pela “falência dos servidores públicos de uma forma geral”, ou seja, pelo fato de que “o Estado não consegue mais assegurar a ordem pública dentro do princípio da igualdade de todos perante a lei”, e, além disso, pelo problema que diz respeito “ao tamanho e às características que o Estado adquiriu entre nós, e que exigem uma reavaliação a fundo do seu papel”.²³

A crise gerava também uma sensação de descaminho, de uma nação sem rumo. A percepção está muito bem representada em um editorial da *Folha*, sobre o encontro do Fórum Nacional realizado em São Paulo. Segundo o jornal paulista, o “diagnóstico unânime a que chegaram os participantes” foi de “um país sem projeto”.²⁴

O texto é bastante significativo no que diz respeito à idéia de que era preciso transformar o paradigma dominante na relação entre o Estado e o mercado, vigente “a partir de 1930”.

²⁰ Folha de S.Paulo, “A estagnação brasileira”, Opinião, 1 jan 1989, p.A-2.

²¹ Idem.

²² M.T. Bastos, “De olho no ano 2000”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 13 fev 1989, p.A-3.

²³ Idem.

²⁴ Folha de S. Paulo, “País sem projeto”, Opinião, 25 fev 1989, p.A-2.

A crise do atual modelo de intervenção governamental sobre a economia manifesta-se com clareza, à medida que se esgotou o potencial investidor do poder público, o papel de incentivador do desenvolvimento econômico que este teve a partir de 1930.²⁵

O desgaste não se dava apenas no terreno do incentivo e do investimento. Havia todo um cenário de corrosão no campo de atuação do serviço público, cenário este explorado e reforçado com vigor na campanha de Fernando Collor de Mello, o “caçador de marajás”, bem como de políticos, partidos, altos funcionários públicos, empresários subsidiados etc.²⁶

Em 27 de março, João Gilberto Lucas Coelho, membro do PSDB que havia sido deputado federal (PMDB-RS), afirmou sobre a crise da atuação pública brasileira, em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*:

Uma grande parte dos servidores públicos perdeu completamente a noção de suas funções. Consideram-se empregados de presidente, governador ou diretor, todos estes meros intermediários ou gerentes da coisa pública. Ou seja, comprometeu-se a essencial visão da função pública, como patrimônio a serviço de toda uma coletividade.²⁷

É importante perceber que se trata de uma discussão fundamental do debate mais amplo sobre o papel do Estado. Não à toa, há uma simultaneidade entre a percepção de crise no setor público e a discussão sobre a natureza de sua atuação. O reforço da primeira idéia é combustível para o segundo debate.

E o tema não era só a economia. O ano de 1989 era o último dos cinco da Presidência de José Sarney, vice de Tancredo Neves que fora eleito indiretamente mas morrera doente antes de tomar posse. Tratava-se de o primeiro governo civil após 20 anos de regime militar, durante o qual uma nova Constituição fora promulgada.

Como escreveu um editorial do jornal *O Globo* em 21 de agosto, Sarney havia adotado uma “diretriz conciliatória” de governo.

²⁵ Idem.

²⁶ Sobre isso, ver: Vieira, 2006.

²⁷ J.G.L. Coelho, “Imprecisões brasileiras”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 27 mar 1989, p.A-3.

Hoje somos um País em que as liberdades estão asseguradas; em que lideranças de todos os segmentos da sociedade participam dos debates sobre o destino nacional; em que a censura foi abolida; em que milhares de greves se desencadearam ... Um País em que se vem realizando, a cada ano, eleições livres e diretas. Em que se identificam civis e militares; em que a palavra dos Ministros militares é tratada como opinião política e não como pronunciamento ou ameaça. Em que todos as matizes ideológicas assumiram expressão partidária.²⁸

Era um novo contexto de liberdade da expressão política. Mas era também caótico no “âmbito administrativo”, fruto da “manutenção de uma herança de distorções providas do regime anterior e baseadas num falso diagnóstico das causas da crise econômica-social”.²⁹ Trata-se de um ambiente onde a inflação se tornara “invencível”, os serviços públicos se desagregavam “por falta de recurso”, ao mesmo tempo em que as empresas [estatais] responsáveis pela infra-estrutura de energia, transportes e comunicações estavam “ameaçadas de colapso”.³⁰

Trata-se de um momento-chave político e econômico para o país que leva o debate diretamente para as questões relativas ao Estado. A discussão aparece com ênfase em outro editorial da *Folha de São Paulo*, de 13 de setembro, vale dizer: no mesmo momento em que se noticiava a decisão da Hungria de romper unilateralmente o acordo que mantinha com a Alemanha Oriental com o objetivo de impedir a fuga de cidadãos húngaros para o Ocidente, instaurando uma crise profunda no Pacto de Varsóvia. O texto da *Folha* foi representativamente intitulado “Estado contra Estado”:

Cabe registrar, em meio ao choque de interesses entre áreas do próprio setor público, a crise do Estado em seu conjunto aparece com especial evidência ... Não se resolverá a série de dificuldades e estrangulamentos criados pelos subsídios estatais e pela ineficiência do setor público sem uma reforma profunda em todo o padrão de interferência do Estado na economia.³¹

²⁸ O Globo, “O Julgamento de Sarney”, 21 ago 1989, p.1.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Folha de S. Paulo, “Estado contra Estado”, Opinião, 13 set 1989, p.A-2.

A tônica do debate passava pela redemocratização, crise e necessidade de mudança. Tratava-se de um “momento crítico de transição política e econômica”, como de forma representativa escreveu Leo Wallace Cochrane Júnior, então presidente das duas principais associações dos bancos brasileiros (Febraban e Fenaban), na *Folha de São Paulo*, em 7 de julho de 1989:

A economia não cresce, o capital estrangeiro está fugindo, vivemos à beira da hiperinflação, a taxa líquida de investimento (descontada a depreciação) é quase nula, a dívida externa volta a ser o antigo fantasma. Mais do que isso, o cidadão está pessimista quanto ao futuro, as organizações políticas e sociais se perdem em conflitos estéreis, e a nação esqueceu-se de como crescer.³²

Nesse contexto, passado o processo de redemocratização, a “agenda mínima” para se lidar com a crise incluía “a resolução do binômio déficit público-inflação, novas formas de integração do Brasil na economia internacional (na área de comércio e de capitais) e um aumento expressivo da eficiência da máquina burocrática”.³³ Tudo dentro de um quadro de “intensas transformações tecnológicas” e de “crescente integração da economia mundial”.³⁴

5.1.3 O mundo em transformação

Simultânea às idéias de que o país vivia instável no que dizia respeito às suas relações econômicas internacionais e de que estava à beira de um abismo e que precisava urgentemente de uma mudança de rumo, está a percepção sobre as próprias transformações ocorridas no ambiente internacional. Um editorial da *Folha de São Paulo* de 4 de janeiro – “O isolamento do Brasil” – é bastante representativo desse ponto, ao menos no caso específico dos processos de integração econômica em curso. “A tendência de liberalização econômica, que no último dia de 1992 encontrará seu apogeu com a integração euro-

³² L.W. Cochrane Júnior, “Coragem para mudar”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 7 jul 1989, A-3.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

péia,³⁵ também começa a se firmar nos países americanos”, diz o editorial, que mais a frente afirma categoricamente: “Neste sentido, é preciso uma profunda reflexão acerca da inserção do Brasil no contexto mundial.”³⁶

O tema do texto foi o North American Free Trade Agreement (Nafta). Estados Unidos e Canadá haviam assinado o tratado, em vigor desde 1º de janeiro de 1989, que determinava a redução progressiva das barreiras comerciais entre os dois países – até sua extinção total em um prazo de 10 anos. Nesse contexto, a *Folha de São Paulo* chama a atenção também para Israel, que havia acabado de “firmar acordos com a Comunidade Econômica Européia”. Tratava-se de uma “orientação econômica” que fatalmente, para o texto, se tornaria “dominante em todo mundo nas próximas décadas” e ameaçava o Brasil “de se transformar numa economia ainda mais periférica”.³⁷

Mas não só a idéia em torno da formação dos blocos econômicos internacionais servia de trampolim para a defesa de um grau maior de integração, também um grande componente do “mundo em transformação” foi o combate ao protecionismo, tema de uma série de artigos de José Guilherme Merquior, por exemplo, nas edições de domingo de *O Globo*, em março de 1989. Vale lembrar que esta não é uma discussão apenas tarifária. Em termos mais abrangentes, disse respeito ao papel do Estado na regulação do mercado, na economia. Nesse momento faz-se indissolúvel a união entre os debates sobre a presença do Estado na economia e o seu grau de integração ao mercado internacional.

Sobre o “protecionismo” – que reinou junto com o “planejamento” ao longo do processo de industrialização desenvolvimentista –, o argumento desenvolvido por Merquior com base na crítica de Jagdish Bhagwati escolheu como alvo “a qualidade inibitória” que a forte atuação do Estado na economia parecia suscitar.³⁸ Para o autor: “A proteção é ruim, conforme demonstrado no campeonato das industrializações pelo êxito espetacular dos países de comércio liberalizado, em contraste com os que insistiram no protecionismo.”

³⁵ Referência à data de efetivação do Tratado de Maastricht, que formaliza a União Européia (UE).

³⁶ Folha de S. Paulo, “O isolamento do Brasil”, 4 jan 1989, p.A-2.

³⁷ Idem.

³⁸ J.G. Merquior, “Protecionismo (II)”, in *O Globo*, O País, 19 mar 1989, p.5.

Sobre a qualidade da atuação estatal, Merquior, ainda com base em Bhagwati, diferencia “promoção” de “proteção”. Nesse sentido, a promoção, definida como o apoio governamental mediante subvenção que não discrimina à abertura ao comércio exterior, é considerada “altamente positiva”. Mantém-se a “promoção” e esvazia-se a “proteção”, o que favorece uma abertura mais elevada dos mercados nacionais: “Nesta véspera de 1990, as atitudes em favor do livre comércio vão sendo estimuladas pelo evidente sucesso econômico das liberalizações efetivadas nos últimos decênios.”³⁹

Não encontro melhor maneira de concluir estas notas do que reproduzindo a bela citação que ele [Bhagwati] foi buscar em Pareto: “Uma medida protecionista proporciona amplos benefícios a um pequeno número de pessoas, e causa apenas uma pequena perda a um grande número de consumidores. Essa circunstância é que torna fácil adotar medidas protecionistas.”⁴⁰

Nessa visão, a diferenciação entre “proteção” e “promoção” qualificaria a atuação do Estado na economia. “Há estados que orientam mais do que inibem os agentes econômicos, e Estados que inibem mais do que norteiam.”⁴¹ Assim, servem como modelo as nações asiáticas. “O miolo do sucesso do capitalismo asiático ... é que, de maneira geral, os governos dos ‘dragões’, como a Coreia do Sul e Taiwan, preferem usar prescrições em vez de proscricções.”⁴²

Promoção, mas, vale notar, não necessariamente esvaziamento da atuação estatal. Sobre outra nação-modelo, o Japão, Merquior apresenta o debate da época entre Milton Friedman e Jargadish Bhagwati, favorecendo o segundo.

Num painel em que ambos participaram, Friedman caracterizou o Japão como um esplêndido exemplo de superioridade do mercado puro sobre a ação econômica do Estado. Bhagwati replicou que, no Japão, a famosa “mão invisível” do mercado se combina lindamente com uma visibilíssima presença da mão

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ J.G. Merquior, “Protecionismo (I)”, in *O Globo*, O País, 12 mar 1989, p.5

⁴² Idem.

do governo. A diferença é que se trata de um planejamento superinteligente e não de um dirigismo burro, sem que o Estado atue como antítese da racionalidade econômica.⁴³

O mesmo caminho é traçado pela análise histórica. Em um artigo de 25 de junho, na *Folha de São Paulo*, o embaixador Rubens Ricupero, representante do Brasil nas negociações do Gatt, ressalta que a partir de 1982 o “discurso brasileiro” apontou para a crise mundial “como explicação parcial da sua própria crise”.⁴⁴ No entanto, as economias industrializadas atravessavam já havia seis anos ininterruptos, ou seja, desde 1983, “uma fase dourada” após as “turbulências dos anos 70”.⁴⁵ Nesse sentido, diz o texto, “ao contrário dos anos 50 e 60, quando o Brasil crescia junto com o mundo e em parte carregado por ele”, o país estava naquele momento estagnado “ou regredindo”, denotando uma discussão clara acerca da natureza da integração com o mercado internacional.

Dessa forma, a sociedade em geral é tida como que necessitando de uma “adaptação” a um “novo contexto”.

No Brasil alguns acreditam estarmos ainda na segunda metade da década de 50, quando, tendo-se completado em 1954 a recuperação econômica da Europa, as firmas européias e americanas se lançaram a uma intensa competição para assegurar-se posições no interior de mercados de países praticantes da política de substituição de importações.⁴⁶

A diferença, diz o texto, é que em 1989 o comércio internacional repetia “os melhores anos do pós-guerra” e se revelava “um dos fatores dinâmicos” que vinha impulsionando a economia mundial.⁴⁷ A interpretação era a de que os ganhos dessa nova dinâmica estavam concentrados nos três grandes parceiros mercantis – Alemanha, Japão e Estados Unidos –, mas havia também os quatro tigres asiáticos e “um ou outro fora da Ásia”, como o Brasil. As “sombras”, no entanto, capazes de “inverter” a tendência de expansão eram: o protecionismo, a formação dos blocos regionais ou bilaterais, o unilateralismo

⁴³ Idem.

⁴⁴ R. Ricupero, “O cenário mundial e o Brasil”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 25 jun 1989, p.A-3.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem.

agressivo, a tentação do comércio administrado. Era preciso seguir em frente com a expansão do comércio internacional.⁴⁸

A percepção era clara de que os movimentos da economia global guardavam uma mudança, uma transição. Como demonstra um texto – “Liberdade para os estaleiros” – de Newton Figueiredo, diretor de Planejamento e Investimentos da Cia Paulista de Comércio Marítimo, publicado em *O Globo*, em 23 de fevereiro, a forte e presente ameaça de “ficar para trás”, nesse contexto, “não fazer parte”, gerava a perspectiva de danos irreversíveis: “Nessa fase de transição, as perdas de posição no mercado, em decorrência da ausência de atualização tecnológica e da redução do nível de competitividade ... serão irreparáveis.”⁴⁹

No momento, a questão tecnológica e o problema da integração ao mercado internacional se fundem. Não à toa, Newton Figueiredo se mostra fortemente contra a “crescente e exagerada nacionalização” da atividade industrial, no caso, no setor da marinha mercante.

A questão crucial do custo da construção naval no Brasil está ligada aos custos dos materiais e componentes agregados aos navios que, no País, participam com 60% do custo total. A exceção do aço, todos os materiais e componentes têm, em sua maioria, o dobro ou o triplo do custo do elemento importado.⁵⁰

Entre o país e o mundo do acesso à tecnologia e da integração ao mercado internacional está o “protecionismo”. “A condição de excessiva proteção para quase todos os itens nacionais não está coerente com o estágio atual da indústria e da economia brasileira. Há que ser repensada a proteção”, afirmou Newton Rodrigues.⁵¹

Este é um momento em que muito se mistura: necessidade de integração, acesso à tecnologia, ao capital externo, mais liberdade à iniciativa privada, globalização, o fim do comunismo. “O próximo presidente terá que recolocar o Brasil como participante do processo de globalização da economia”, escreveu em 1º de outubro o presidente da Rhodia

⁴⁸ Idem.

⁴⁹ N. Figueiredo, “Liberdade para os estaleiros”, in *O Globo*, 23 fev 1989, p.25.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ Idem.

do Brasil, Edson Vaz Musa, na *Folha*. “As cabeças pensantes sabem que o país ou caminha para uma efetiva integração no comércio mundial ou se condena a permanecer como um mercado secundário”, completou. “E essa integração também quer dizer menores restrições ao capital externo e maior liberdade à iniciativa privada”.⁵²

No campo do acesso à tecnologia, o modo como foi levantado o caso dos defensivos agrícolas é paradigmático, unindo integração e progresso:

Temos condições de fabricar tudo, gerar tecnologia e nos equiparar aos países mais desenvolvidos? Não a curto prazo. Um exemplo: na Europa, já está em fase piloto a produção de um novo defensivo. Será necessário apenas um grama desse defensivo para combater pragas em um hectare plantado. Hoje, no Brasil, ainda se utilizam defensivos cuja aplicação média por hectare chega a 3 mil gramas. Uma consequência clara desse avanço é de que a necessidade de produção pode ser reduzida em 3 mil vezes. Ou seja, uma planta menor, mas altamente sofisticada e de extrema segurança. Além de cara. O Brasil vai ter condições de desenvolver e fabricar aqui esse defensivo? Não seria melhor importar, aproveitando a realidade da economia de escala?⁵³

O “mundo em transformação” tem muitas utilidades no discurso político, serve inclusive para criticar determinadas posições. Em editorial de 29 de setembro, por exemplo, a *Folha de São Paulo* ataca “as esquerdas”, representadas nas campanhas para presidente dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola, apontando nestas uma tendência “para a irracionalidade e o anacronismo”. A interpretação da mudança externa (re)define posições no espectro político interno.

Enquanto a URSS de Gorbachev procura agilizar sua estrutura econômica, inclinando-se mais e mais para os mecanismos de mercado, a esquerda brasileira parece inscrever-se no círculo restrito dos que, de Cuba à Albânia, são os últimos a defender um modelo ultrapassado pelo tempo.⁵⁴

A partir desse ponto, volta-se à discussão direta sobre o papel do Estado:

⁵² E.V. Musa, “O caminho é único”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 1º out 1989, p.A-3.

⁵³ Idem.

⁵⁴ Folha de S. Paulo, “Monopólio do atraso”, Opinião, 29 set 1989, p.A-2.

Há inúmeras formas de promover uma mudança no papel do Estado; estratégias de privatização podem contemplar, por exemplo, a participação dos trabalhadores no controle acionário das empresas. A reversão de um sistema baseado na tutela do Estado sobre a economia pode dar lugar a um modelo liberal clássico ou a um reforço do seu papel de promotor da justiça social.⁵⁵

No caso da crise dos regimes comunistas, o contexto é trazido para se afirmar a inadequação do controle excessivo do Estado sobre a economia – o que é parte de todo um questionamento mais amplo sobre a relação do Estado com a sociedade. Nesse conjunto, está o debate sobre a liberalização financeira e comercial, as relações econômicas internacionais do país – a forma de inserção econômica – e/ou as suas próprias relações internacionais.

É nesse sentido que Roberto Campos escreve em *O Globo*, em 10 de setembro de 1989, quando afirma que “a estrondosa falência do regime comunista ... tornou possível desenhar nos países em desenvolvimento cenários sócio-econômicos e políticos menos problemáticos”.⁵⁶

As greves de Gdansk, de 1980, deram origem ao poderoso movimento Solidariedade, abalando a Polônia, país-chave no quadro do militarismo soviético; o avanço da economia de mercado na Hungria revelou sob outro prisma a falácia administrativa dos partidos comunistas que ocuparam o poder no Leste europeu, depois da II Guerra Mundial; na Tchecoslováquia, manifestações populares, sob a bandeira das reivindicações políticas liberais, propagaram desde a Primavera de Praga a descrença no regime salvacionista; na China continental, os próprios dirigentes comunistas proclamaram o sepultamento da doutrina marxista ... quem mais que os mineiros soviéticos precisaria de sabão para retirar o pó que impregna sua pele?⁵⁷

A expressão da transformação global na América Latina, nesse sentido, seria a derrocada dos modelos de desenvolvimento cepalistas vigentes desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Percebido como país pioneiro, o Chile reduzia os índices inflacionários e os graus de estatização da economia ao mesmo tempo em que “florescia a economia de mercado”. No México, Salinas empreendia uma política de controle de gastos públicos

⁵⁵ Idem.

⁵⁶ R. Campos, “Cenário do último decênio do século”, in *O Globo*, 10 set 1989, p.7.

⁵⁷ Idem.

com privatização de grandes empresas estatais, promovendo “ampla abertura” para o exterior, “facilitando o ingresso de investimentos estrangeiros”. Na Venezuela, Carlos Andrés Peres surpreendia seus “acólitos estatizantes” com um programa de recuperação que impôs “o realismo cambial, o equilíbrio orçamentário, a negociação do acordo com o Fundo Monetário Internacional e a procura de fórmulas de convivência com os credores externos”.⁵⁸ Não é este um modo de acomodação?

A Bolívia debelou uma inflação que chegou a 24 mil por cento ao ano, enquanto a Argentina de Carlos Menem anuncia um vasto programa de desestatização, que abrange as ferrovias, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (a Petrobrás de lá), a grande empresa estatal de telefones e outras. No Peru, as massas decepcionadas nos últimos quatro anos com os resultados da administração de Alan Garcia Perez, aclamam o escritor liberal Mario Vargas Llosa como o futuro presidente do país.⁵⁹

“Que dizer do Brasil?”, pergunta Roberto Campos. A associação entre a falência dos regimes comunistas, as crises econômicas nos países da América Latina nos anos 1980 e as próprias transformações já em andamento em algumas nações da região são idéias que ressoam com força em um país que vive o debate e a expectativa de uma eleição presidencial – a primeira depois de 20 anos de regime militar – e uma crise interna de diversas facetas, como a “falência do setor público”, a “crise do Estado”, a (hiper)inflação etc.

Em nosso país, o extremado intervencionismo no domínio econômico provocou a falência do Estado ... A alternativa, no Brasil, não é a instauração de um governo de esquerda, mas a aplicação rigorosa de um choque de liberalismo.⁶⁰

A derrocada dos regimes comunistas acompanha e reforça os argumentos favoráveis a uma transformação do Estado como organizador da vida social e econômica, onde estará contida a liberalização comercial e financeira da época. A idéia fica ainda mais cla-

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

ra em outro texto de Roberto Campos, de 31 de dezembro de 1989, fazendo uma avaliação do ano “admirável internacionalmente”.⁶¹

A miserável performance econômica que está na raiz do colapso da planificação centralista na Europa Oriental documenta algumas verdades tão simples como chocantes: sem lucro não há eficiência de gestão; sem incentivos individuais, destrói-se a ética do trabalho; sem o direito a propriedade, o agricultor tem pouco ânimo para produzir; sem preços formados no mercado e não ditados pelo burocrata, os recursos são desperdiçados e o consumidor fica frustrado.⁶²

A transformação da experiência alheia em questão interna, ou seja, a paralelização de contextos e crises, surge da idéia subentendida de que há um mal comum, a regulação excessiva do mercado, produtor de ambas as mazelas. Essa noção somada à percepção generalizada de crise torna-se um motor poderosíssimo de transformação. “Enquanto não chegarem ao Brasil os ventos da economia de mercado, só nos resta esperar que os estatolatrás não estejam afanosamente preparando o seu próximo erro.”⁶³

O interno e o externo se misturam, como bem mostra um editorial da *Folha de São Paulo* de 6 de outubro de 1989:

Privatização ampla, racionalização do sistema tributário, fim de subsídios para empresas em estado pré-falimentar, liberdade para a aplicação dos lucros, estímulo à competitividade: são essas as linhas gerais de um pacote econômico que não foi imaginado por Margaret Thatcher, a ultra-ortodoxa governante britânica, mas proposto por Mikhail Gorbachev, no empenho de aprofundar significativamente a política de perestroika empreendida na União Soviética.⁶⁴

O momento possibilita inclusive o questionamento sobre as terminologias políticas “esquerda” e “direita”, abrindo espaço para que agentes possam se denominar “de esquerda” sem que isso os impeça de apontar para os problemas de uma burocratização excessiva. Diz a *Folha*:

⁶¹ R. Campos, “Annus mirabilis...”, in *O Globo*, 31 dez 1989, p.8.

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Folha de S. Paulo, “Inimigos da perestroika”, Opinião, 6 out 1989, p.A-2.

Só interessará a um reduzido grupo de militantes partidários, sem dúvida, a discussão de se, com essas medidas, Gorbachev pode ser considerado “de esquerda” ou se merece a qualificação de “direitista”; seria assunto de demorados debates, certamente, a questão de se, a continuar esse processo, a União Soviética deva ser qualificada de “socialista” ou “capitalista” – ou qualquer outra denominação que se prefira adotar. O fetichismo das terminologias talvez corresponda, apenas, à vulgaridade doutrinária de algumas correntes de opinião. Nada impede que uma política desburocratizante seja acompanhada de um fortalecimento do papel redistributivo do Estado; que uma estratégia de privatização seja acompanhada de maior participação dos empregados nos lucros; “esquerda” e “direita” são conceitos que não têm por que se referir exclusivamente às atitudes diante da presença do Estado no setor produtivo.⁶⁵

Crise interna, transformação externa, um momento radical de incerteza, referências sendo postas abaixo e outras tomando o seu lugar. Próximo do fim do ano, Fernando Henrique Cardoso aponta para a inflação, as dívidas – “interna e externa, [que] continuam pressionando as finanças públicas” –, o desgoverno e a desigualdade social como “os reais desafios que o país enfrentará”. Ao mesmo tempo, afirma, “é preciso reconhecer que o que aconteceu no plano internacional foi simplesmente espantoso”.⁶⁶

O “socialismo real” – e outro não existiu – caiu a golpes de martelo no muro de Berlim e a golpes de fuzil na heróica Romênia. Esta realidade precisa ser encarada de frente pelos políticos e intelectuais brasileiros, sobretudo pelos que quiserem honrar sua condição de progressistas.⁶⁷

Na situação do poeta francês René Char após os anos de Resistência na Europa – “Nossa herança nos foi deixada sem nenhum testamento”⁶⁸ –, Fernando Henrique Cardoso (re)traça o caminho político brasileiro. Não será a Luiz Inácio Lula da Silva que FHC se refere como “guardião puritano da ortodoxia progressista”?

É diante deste quadro novo que as forças políticas devem recomeçar a caminhada, com os pés no chão, sem grandes ilusões e sem covardia. Sem esta atitude renovadora nossa política continuará com esse ar provinciano ... E quem se arrogar ares de guardião puritano da ortodoxia progressista (assim como da

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ F.H. Cardoso, “Desafios futuros”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 28 dez 1989, p.A-2.

⁶⁷ Idem.

⁶⁸ Apud. Arendt, 1999, p.28.

conservadora) arriscará passar por buão e não poderá expulsar os “vendilhões do templo” porque ninguém sabe mais que mito colocar no altar.⁶⁹

5.1.4 O momento

Dessa forma, está claro que era notória a percepção de uma crise cambial a qualquer momento, o que levava o debate relativo a este tema às discussões sobre a dívida, o modelo exportador e as exportações, bem como sobre a participação do capital estrangeiro na economia brasileira. No mesmo sentido, prevalecia a idéia/o desejo forte de transformação, resultado de um momento que combina crise extrema e as primeiras eleições presidenciais democráticas no país após 20 anos de regime militar. Nesse contexto, as mudanças alcançam o campo da relação do Estado com o mercado e com a sociedade em geral. Da mesma forma ocorre com o “mundo em transformação” do fim dos regimes comunistas e dos processos de integração comercial.

A própria interpretação da crise/do momento/da mudança lá fora – o que é? de onde vem? etc. – limita e constrói, ao mesmo tempo, a transformação aqui dentro. Como já foi dito, as interpretações da crise, da mudança, do momento em geral são um fator importante e servem de base para a construção da transformação política, da mudança institucional – ainda mais em momentos de crise extrema e incerteza aguda, como 1989.

5.2 Idéias-alvos: O Estado e os seus modelos de gerência econômica

Como afirmado anteriormente, a intenção agora passa a ser a de identificar os alvos do momento e perceber de que forma os mesmos estão sendo atacados na mídia representativa. O objetivo desta seção, nesse sentido, é buscar e analisar os focos ideológicos que centralizam os ataques políticos no contexto estabelecido para análise.

Assim, foi possível identificar três tipos diferenciados de alvos: 1) o primeiro deles, o “isolamento”, surge como alvo de toda uma corrente que percebe, no momento, um

⁶⁹ Idem.

comportamento generalizado ofensivo ao comércio exterior, bem como de algo característico de um “modelo” anterior. O ataque ao “isolamento”, não há dúvidas, constitui-se em uma relação clara com o “mundo em transformação”, com o que está acontecendo “lá fora”. Até aqui, é importante perceber, ainda há consenso entre os modelos de internacionalização apresentados, o de que é necessário mais participação no comércio internacional.

O segundo alvo em voga é um suposto “modelo” específico, que pode ser entendido de forma bastante diferenciada. Pode ser, por exemplo, percebido no ataque ao “modelo exportador” adotado após a crise da dívida e a um “modelo” entendido como “tradição”, por meio de uma referência direta ao passado, a um modelo passado – o “modelo desenvolvimentista”.

O terceiro alvo e campeão de popularidade negativa é o Estado, identificado claramente na ofensiva generalizada à qualidade e ao arranjo institucional corrente do setor público.

É importante salientar que Judith Goldstein e Robert O. Keohane (1993, p.17), em Ideas and Foreign Policy, apresentam uma sugestão parecida quando afirmam que algumas idéias podem servir no processo da ação política como “pontos focais”. Entretanto, diferem do caminho aqui proposto ao limitarem esses “pontos focais” a “soluções”, opções de escolha no debate ideológico. Aqui estarei tratando de “pontos focais” como alvos, não como “soluções”. A “solução” ainda não surgiu como objeto de análise e será tema do capítulo seguinte.

5.2.1 O isolamento

Um dos alvos principais apontados e percebidos em 1989 como responsáveis pela situação de crise no Brasil foi o “isolamento”, a noção de que o Brasil mantinha uma postura contrária a uma participação mais ativa no comércio mundial. A idéia vinha tanto de agentes que reclamavam mais acesso a tecnologia e insumos mais baratos e de melhor qualidade, como de toda uma corrente que defendia as exportações como o principal veículo de desenvolvimento econômico para o país naquele momento. Sobre esse segundo

tipo de ofensiva, é preciso lembrar que as exportações ganharam um peso bastante expressivo no ajuste externo após a crise da dívida do início da década de 1980, mas vinham sofrendo ataques tributários – de um Estado fiscalmente falido – e políticos, gerados por uma situação de crise que o modelo vigente não conseguia arrefecer.

Dessa forma, o caminho pró-exportador, apesar de ser também um movimento defensor de um grau maior de internacionalização, ataca o “isolamento” gerado naquele momento pelo movimento antiexportador, que tinha viés percebido como “xenófobo” e fora influente na Constituição de 1988 e no samba enredo da São Clemente, no Carnaval de 1989.

O caminho pró-exportador previa incentivos estatais, mais acesso ao capital externo e facilidades na importação de meios de produção, e, se possível, meios de produção apenas. Nessa linha está, por exemplo, o texto de Jacques Eluf, membro do Conselho Superior de Comércio Exterior da poderosa Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), publicado em 18 de janeiro de 1989, no jornal *O Globo*. No artigo intitulado “Erro que pode ser fatal”, Eluf qualifica o comércio exterior como “fonte de riqueza e progresso” e protesta contra os bem-sucedidos ataques (tributários) ao modelo exportador que vinham sendo então implementados.

Estas considerações vêm a propósito da sanha tributária que tomou conta do Governo. De um lado, a preocupação da administração federal, que está procurando corrigir os erros da reforma tributária aprovada pela Assembléia Constituinte mediante a imposição de novos tributos e a eliminação de incentivos fiscais e creditícios que antes beneficiavam as exportações; de outro lado, a ameaça de Governos estaduais de tributarem com o novo ICM as exportações de produtos semimanufaturados, colocando em risco a capacidade de competição nos mercados internacionais de mais de US\$12 bilhões de nossas exportações.⁷⁰

O raciocínio era voltado para o setor exportador. Segundo Eluf, a própria crise dos anos 1981-1982 deu-se em função dos problemas externos, que contiveram o avanço das exportações brasileiras. “Foi principalmente a queda das exportações em 1982 que aprofundou a crise no Brasil em 1983, produzindo recessão e desemprego”, afirmou.

⁷⁰ J. Eluf, “Erro que pode ser fatal” in *O Globo*, 18 jan 1989, p.4.

Em compensação, quando em 1984 as exportações passaram de US\$ 22 bilhões para US\$ 27 bilhões, com um aumento de 23 por cento, a economia brasileira (PIB) cresceu 5,7 por cento e a taxa de desemprego caiu para cerca de 4 por cento.⁷¹

Ainda segundo o autor, no período de 1985-86 as autoridades “voltaram as costas para a exportação” e o resultado “dessa política equivocada foi a queda das exportações para US\$22 bilhões em 1986”, que iria “transbordar na perda do impulso do crescimento, a partir de 1987”.⁷² Em seguida, em 1988, somou-se o problema da “deterioração da situação política, os desmandos da administração pública, o descrédito do Governo, a inflação galopante e a retração dos investimentos”, que produziram “uma recessão made in Brazil que deveria lançar a economia brasileira no caos econômico e no desemprego mais penoso”, se não fossem as exportações.

Surgiram então as exportações, que passaram de US\$ 26 bilhões para US\$ 33 bilhões anuais, com um crescimento de 27 por cento: por isso, milhões de trabalhadores brasileiros continuaram trabalhando e não perderam seus empregos. Graças às exportações.⁷³

Tratava-se, como já foi dito, de uma internacionalização pelo modelo asiático, um modelo “de progresso e desenvolvimento via comércio internacional”:

Um exemplo de progresso e desenvolvimento, via comércio internacional, é o do Japão, economia que permaneceu fechada e isolada do resto do Mundo por vários séculos. Em 1950 – a menos de quatro décadas, portanto – o Japão exportava apenas US\$ 150 milhões: 50% menos que o Brasil, aquela época com cerca de US\$ 1,3 bilhão de exportação. A abertura do Japão para os mercados internacionais deu um extraordinário desenvolvimento à economia japonesa que, hoje, exporta US\$ 80 bilhões e registra o segundo maior produto interno do Mundo. E o que se poderia dizer do exemplo que todos os dias nos vem de Coréia, Cingapura, Formosa e outros países do Leste Asiático?⁷⁴

⁷¹ Idem.

⁷² Idem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

No raciocínio, as importações têm somente o papel de favorecer “a criação de novos meios de produção, ao mesmo tempo em que trazem, embutido, um fluxo de conhecimento científico e tecnológico que acaba sendo absorvido ou copiado (sic) pela indústria nacional”.⁷⁵ Vale perceber que a corrente aborda o problema da tecnologia apontado anteriormente, reclamando das dificuldades de acesso – ponto que está em consonância também com os defensores de uma internacionalização pela via da diminuição da presença do Estado na economia, que também querem “mais comércio internacional”, mesmo que a partir de um modelo de inserção diferenciado.

Não há dúvida de que as exportações se tornaram forte mecanismo de geração de riqueza após a crise do balanço de pagamentos do início dos anos 1980, mas, ao mesmo tempo, e não à toa, as vendas externas também se transformaram em um alvo notório de tributação por parte de um governo com problemas fiscais. Além disso, as exportações também foram atacadas como “inflacionárias”, e, em sua defesa, argumentava-se contra o que poderia ser percebido como uma tendência brasileira ao isolamento, à xenofobia.

Bastante representativo dessa perspectiva são os artigos da época de Carlos Alberto de Oliveira em *O Globo*, falando em nome da Confederação Nacional do Comércio. Em janeiro de 1989, ao comentar o impacto positivo das exportações na economia norte-americana, Oliveira escreveu:

É contristador verificar que, enquanto nos EUA – e, de resto, em outros países adiantados – a exportação é incentivada e considerada atividade prioritária, entre nós ocorre o inverso. Em sua irresistível sina de andar na contramão da história, o Brasil ... passou a tratar a exportação como se fosse a principal fonte de seus males, a começar pela inflação. ... Na ânsia de desestimular e comprimir as exportações, foram cortados os seus créditos vitais e estão sendo criados impostos estaduais sobre as vendas ao exterior.⁷⁶

O argumento contrário ao “isolamento” e de cunho pró-exportador também foi construído com bases sofisticadas. “Qualquer que seja a estratégia escolhida pelo Brasil, o comércio exterior terá uma função importante”, escreveram os economistas Mario Hen-

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ C.T. de Oliveira, “Exportação impulsiona economia dos EUA”, in *O Globo*, 12 jan 1989, p. 21.

rique Simonsen, Fernando de Holanda Barbosa, Antonio Salazar de Brandão e Clóvis de Faro, no artigo “O ICM e a Política de Comércio Exterior”, publicado em *O Globo*, em 8 de janeiro de 1989.⁷⁷

Segundo os autores, a necessária modernização do parque industrial brasileiro exigiria uma elevação da penetração de importados no setor de insumos e bens de capital. Como isso não poderia ser feito pela via do endividamento, em função da recente crise da dívida externa: “Resta-nos, como alternativa, o crescimento das exportações.”⁷⁸ Nesse sentido, mais uma vez é atacada a possibilidade dos estados da Federação cobrarem impostos das vendas ao exterior, permitida a partir da Constituição de 88: “Tal dispositivo está na contramão da formulação de uma política comercial para enfrentar os desafios do crescimento brasileiro”, escreveram.

O imposto sobre a exportação foi também assunto do presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, Horácio Cherkassky, que em fevereiro de 1989 escreveu um artigo publicado em *O Globo*, protestando contra essa e outras medidas contrárias ao comércio exterior, como sinônimo de exportações.

A tributação dos produtos chamados “semi-elaborados” pelo Confaz acabará por afetar uma vasta gama de itens responsáveis por boa parte do ingresso de divisas em nossa diversificada pauta de exportação. Isso, justamente com barreiras internas, como a redução dos financiamentos à exportação via Finex no desmonte orçamentário e o projeto aprovado pelo Senado que institui uma tributação de 50% sobre mercadorias importadas ou exportadas ... será desastroso para o Brasil na medida que reduz o poder de competitividade dos produtos de exportação manufaturados ou agrícolas.⁷⁹

Novamente, em março, Carlos Tavares de Oliveira, falando em nome da Federação Nacional do Comércio, ataca os impedimentos institucionais ao comércio internacional brasileiro. Desta vez, o modelo era o chinês. Em artigo publicado em *O Globo*, o autor defende uma determinada forma de “abertura” da economia a partir das posturas adotadas por Pequim já havia dez anos.

⁷⁷ M.H. Simonsen et. all. “O ICM e a Política de Comércio Exterior” in *O Globo*, Economia, 8 jan 1989, p.44.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ H. Cherkassky, “Imposto x exportação”, in *O Globo*, 7 fev 1989, p.4.

Às vésperas do seu décimo aniversário, a política de abertura da economia chinesa, idealizada por Deng Xiapoing, continua, em seu conjunto, a apresentar saldos favoráveis, com a excepcional elevação do nível de vida da população.⁸⁰

A fórmula da internacionalização proposta nessa perspectiva pode ser facilmente percebida na identificação do “outro”: “A base do revolucionário programa chinês – que antecedeu em sete anos a perestroika de Gorbachov – foi, evidentemente, a entrada de investimentos estrangeiros e o estímulo ao comércio exterior, em particular às exportações.” Livre acesso ao capital externo, incentivo às exportações e apoio às importações de bens de capital e insumos, com acesso à tecnologia externa, resumem a fórmula.

5.2.2 Os modelos de gerência econômica

O ataque a um suposto “modelo” vigente assume pelo menos duas facetas diferentes. Pode ser percebido na ofensiva contra o modelo exportador adotado após a crise da dívida e/ou na ofensiva contra um “modelo” entendido como “tradição”, por meio de uma referência direta ao passado, ao “modelo desenvolvimentista”.

Na primeira corrente, o jurista Dalmo Dallari escreveu, na *Folha de São Paulo*, em 29 de abril:

O sistema autoritário lançou o Brasil numa situação de dependência nunca sofrida antes na história brasileira. Misturando-se ingênuo sonho de grandeza e uma busca imoral de vantagens pessoais, foi construída a brutal dívida externa, que hoje governa o Brasil. Alguns supostos gênios da economia, usando linguagem recheada de expressões em inglês ou latim, entregaram a alma brasileira em troca de dólares “para promover o rápido desenvolvimento econômico”. Com isso transformaram a especulação financeira, sem respaldo numa real produção de riqueza, no melhor negócio do Brasil. E para obter mais dinheiro e dar mais garantia aos agiotas internacionais passaram a forçar a produção para a exportação, mandando para o exterior aquilo que é essencial para que os brasileiros vivam com um mínimo de dignidade. (...) Essa é a herança do autoritarismo, a causa imediata do caos econômico e da instabilidade

⁸⁰ C.T. de Oliveira, “China consolida abertura econômica”, in *O Globo*, Economia, 23 mar 1989, p.19.

política e social em que o Brasil está vivendo. É preciso que os brasileiros tomem consciência disso e se convençam de que é possível e necessário definir novos padrões de convivência.⁸¹

Posto como herança do passado autoritário, um dos alvos de Dalmo Dallari é claramente o modelo de equilíbrio externo implementado após a crise da dívida. O mesmo ataque faz também o então deputado federal José Serra. Em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, em 6 de junho, Serra desacredita um argumento tradicional – o de que a dívida externa seria “fácil de pagar”, dado que a ampliação da capacidade produtiva gera “os recursos necessários para cobrir os juros” futuros.⁸²

Segundo o autor, este só seria o caso se “as taxas de juros fossem compatíveis com a rentabilidade dos investimentos” e isso teria ocorrido somente até 1978. A partir de então tem início uma alta contínua dos juros, chegando a triplicar depois de 1983. O resultado, para o economista, foi um aumento de dois terços do estoque do débito brasileiro entre 1978 e 1982. Além disso, “as maxidesvalorizações cambiais em fim de 1979 e começo de 1983 elevaram fortemente, em cruzeiros, o peso da dívida externa”.⁸³ Com isso, produziu-se uma economia sem crescimento e um governo devedor, faminto por dólares e por arrecadação, e que está constantemente entre as opções de cortar gastos ou se endividar.⁸⁴

É interessante perceber que o modelo então vigente constituído após a crise da dívida, o “modelo exportador”, não só recebe ataques pelo caminho da reforma do papel do Estado, mas também, mais à esquerda, pelo seu perfil escoador de divisas para o exterior e negociado com os credores por intermédio do Fundo Monetário Internacional. A posição, neste caso, é novamente bem representada no artigo de Maria da Conceição Tavares, publicado na *Folha de São Paulo*, em 2 de agosto de 1989.

Vale chamar a atenção para o fato de que a autora parte de um “consenso”, de que “a raiz da aceleração inflacionária ocorrida na década de 80 (...) está relacionada com a

⁸¹ D. de A. Dallari, “Herdeiros do autoritarismo”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 29 abr 1989, p.A-3.

⁸² J. Serra, “A economia do engano”, in *Folha de São Paulo*, Opinião, 6 jun 1989, p.A-3.

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem.

mudança dramática das condições de financiamento externo a partir de 1979-82”, para então fazer suas críticas ao modelo:

As divergências começam a aparecer quando se examina a seqüência de eventos que levaram a esse agravamento: a estatização da dívida externa, mesmo quando de origem privada; as políticas de ajuste ortodoxas, que implicaram transferência de recursos para o exterior; o aumento do endividamento interno por políticas monetárias ativas, com juros altíssimos; e as desvalorizações cambiais sucessivas. Tudo isto conduziu à insolvência financeira do Estado, agravada por uma crise fiscal decorrente da própria aceleração inflacionária.⁸⁵

Além de atacar o modelo adotado após a crise da dívida externa brasileira – através de uma postura mais rígida, acumuladora de reservas, e percebendo esta acumulação como passo obrigatório a ser dado no momento anterior às negociações com os credores e o FMI –, a economista também parte para a ofensiva contra as soluções redutoras do Estado. Mais uma vez, tal posição torna clara a idéia de que a crítica ao paradigma vigente e a própria interpretação do ambiente não são suficientes para explicar a trilha posteriormente adotada, especialmente em momentos de alta incerteza. Muitas propostas diferentes para o futuro atacam simultaneamente o modelo presente e digladiam entre si no objetivo de se tornarem vitoriosas no debate, e assim constituem a linguagem que formará e moldará as instituições no tempo histórico.

O consenso desaparece completamente quando se discute os procedimentos para interromper a crise e operar políticas de estabilização eficazes. “Em desespero pelo fracasso dos planos heterodoxos de estabilização, muitos economistas progressistas aderiram à tese do reequilíbrio orçamentário das finanças públicas, propondo inclusive a geração de um superávit fiscal primário e a privatização de empresas estatais.”⁸⁶

Muitas vezes, o ataque foi ao “modelo” geral como estão organizadas as coisas, onde se incluíam as exportações. A percepção era clara de que a crise da dívida externa brasileira produziu um paradigma organizacional que, para muitos, era o alvo principal da condição trágica da nação naquele momento. Esta ofensiva articula noções como a de

⁸⁵ M.da C. Tavares, “Sem reservas não chegaremos lá”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 2 ago 1989, p.A-3.

⁸⁶ Idem.

“soberania”, “patriotismo”, “nacionalismo”, bem como uma idéia do próprio “internacional”, já que muitas vezes embute cargas simbólicas a instituições internacionais, como ao FMI, por exemplo, aos “banqueiros internacionais” etc. – vindas tanto de Fernando Collor de Mello como de setores mais críticos à esquerda.

Nesse contexto, é interessante perceber a posição adotada pelo então deputado federal Vilson de Souza (PSDB-SC), publicada na *Folha*, em 15 de agosto de 1989, no texto: “Os entraves ao desenvolvimento nacional”. O deputado inicia o seu argumento enaltecendo o crescimento da economia brasileira nos períodos 1948-61 (7,1%a.a.) e 1967-80 (8,3%a.a.). Em ambos os ciclos, segundo o autor, o Brasil experimentou práticas muito claras de juros baixos, que favoreceram os investimentos. Nesse sentido, a política de “juros extorsivos” praticada no fim dos anos 1980 pelo governo José Sarney, como parte de um programa de ajuste externo e interno...

Nada mais faz do que tornar permanente o antigo processo de exploração colonial. Na verdade, acobertados pelo manto das teorias monetárias, estes senhores não passam de agentes subservientes dos interesses colonizadores e predatórios contra os interesses do seu próprio povo. Em síntese: são traidores da nação. Submetem 140 milhões de brasileiros ao arrocho salarial para atender aos interesses despuados dos banqueiros internacionais, que em hipótese alguma admitem uma grande potência ao sul do Equador.⁸⁷

A crítica ao modelo, no entanto, não significava apenas um ataque ao chamado “modelo exportador”. Havia também, por exemplo, a crítica a um modelo mais geral de organização feita com base em uma referência clara ao passado, algo que notoriamente incluía um questionamento da situação institucional do Estado. Vale perceber que, nesse contexto, a percepção de um mundo em transformação vista anteriormente atua de forma bastante influente. “A excessiva presença do Estado no campo econômico tem provocado grandes distorções no mundo, em geral, e no Brasil em particular”, afirmou o então deputado federal Francisco Dornelles, na *Folha de São Paulo*, em 24 de abril daquele ano.⁸⁸

⁸⁷ V. Souza, “Os entraves ao desenvolvimento nacional”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 15 ago 1989, p.A-3.

⁸⁸ F. Dornelles, “O PFL e a eleição presidencial”, in *Folha de São Paulo*, Opinião, 24 abr 1989, p.A-3.

A tentação estatista alcançou democracias ocidentais estáveis e também países em desenvolvimento, refletindo-se em decisões políticas estatizantes e limitadoras da atuação da iniciativa privada. As lições da história recente, contudo, estão determinando que países de todas as latitudes e de todos os hemisférios se movam, na atualidade, em direção oposta. O mundo ocidental e oriental experimenta uma tendência poderosa rumo à proclamação da liberdade econômica e do respeito à livre iniciativa, como molas-mestras do progresso material, social e intelectual da humanidade.

A crise do Estado é muitas vezes tratada a partir da idéia de participação excessiva na economia, algo decorrente de um “modelo” anterior. Um editorial da *Folha de São Paulo*, de 12 de setembro de 1989 é bastante representativo desse ponto. Diz a *Folha*:

O modelo de participação do Estado na economia brasileira tornou-se um estorvo para o desenvolvimento. Cartórios empresariais procuram manter subsídios e incentivos. O poder público afastou-se de suas tarefas essenciais, como saúde e educação. É desnecessária a intervenção estatal em áreas como telecomunicações, energia elétrica, estradas e armazenamentos.⁸⁹

No caso específico do ataque ao modelo vigente pelo caminho da desestatização, é importante notar novamente que a idéia é posta como que em consonância com os desenvolvimentos do ambiente internacional.

A sociedade brasileira, sob o peso de estrangulamentos econômicos talvez sem paralelo na história do país, e em meio a um ambiente internacional onde os mitos do estatismo vão rapidamente desvelando sua completa ruína, terá de passar por um rápido processo de aprendizado e de adaptação – ou será condenada ao atraso absoluto e à crônica crise social.⁹⁰

O ataque simultâneo ao Estado e ao “modelo” era frontal. Em outubro de 1989, por exemplo, a *Folha* publicou uma série de reportagens intitulada “Menos governo, menos miséria”, tema inclusive de seu editorial do dia 3:

Seria extremamente difícil, pelas próprias dimensões de que se reveste o fenômeno, esgotar todos os dados e evidências que comprovam a perversidade social e econômica do Estado brasileiro. A série

⁸⁹ Folha de S. Paulo, “Desafio da estatização”, Opinião, 12 set 1989, p.A-2.

⁹⁰ Idem.

“Menos governo, menos miséria” que esta **Folha** vem publicando desde domingo, recenseia, entretanto, alguns números que, por si sós, ilustram com eloquência insofismável o grau das distorções, dos escândalos, das violências que se cometeram em nome de um modelo de desenvolvimento fundamentado na concentração de renda, nos entraves à iniciativa privada, no cartorialismo, no favorecimento, na irresponsabilidade e na fisiologia.⁹¹

Segundo o jornal, o Estado brasileiro era um que se dedicava “a subsidiar a ineficiência dos que vivem à sombra do poder”, que se baseava “no jogo de interesses fisiológicos, superdimensionando um funcionalismo para o qual é incapaz de, exigindo produtividade, prover de salários adequados”, cujo papel na redistribuição de renda e no atendimento às carências básicas da população se prestava “a comparações vergonhosas com países que vivem em um estágio de desenvolvimento muito mais incipiente que o do Brasil”, um Estado que tinha “no labirinto de regulamentações e no inferno burocrático a raiz de um processo de corrupção e de ineficácia que o contamina em todas as suas instâncias”.

Um Estado que, incapaz de financiar investimentos em infra-estrutura, incapaz de promover a justiça social, resistente às tímidas tentativas até agora feitas no sentido de maior controle sobre seus gastos, ameaça entrar no colapso total da hiperinflação, arrastando consigo a sociedade em seu conjunto.⁹²

Vale ressaltar que o texto chama a atenção para o campo das relações comerciais do Brasil com o mundo: “O controle do comércio exterior é feito por 74 diferentes órgãos governamentais.” Dessa forma, fica claro que o ataque ao “modelo econômico” é simultâneo a um ataque ao Estado, bem como a uma ofensiva contrária aos níveis de sua presença no mercado, e pregando a sua relativa retirada. Muitas vezes é possível perceber, inclusive, uma certa postura progressista de viés antiestatal – o que desmistifica qualquer suposta necessidade de se alinhar obrigatoriamente o progressivismo ao estatismo. Diz a *Folha*:

⁹¹ Folha de S. Paulo, “Miséria de uma campanha”, Opinião, 3 out 1989, p.A-2.

⁹² Idem.

A comparação entre os recursos envolvidos nos dois setores [social e estatal] demonstra, acima de tudo, o extremo descaso com que o poder público, ao longo de décadas de um modelo econômico em vias de colapso, tratou as necessidades mais urgentes da população. Ilustra-se, dramaticamente, a distorção de um sistema em que o Estado intervém com máximo vigor na área produtiva desenvolvendo aí o espetáculo angustiante de sua irracionalidade econômica, e se mostra completamente incapaz de promover, na área de saúde, educação e saneamento, iniciativas básicas de atendimento às necessidades sociais.⁹³

Outro ponto relacionado à questão diz respeito à proteção que o Estado conferia tanto com relação à concorrência externa – sob o argumento da “indústria infante” do processo de industrialização “desenvolvimentista” – como também à própria falta de concorrência interna, muitas vezes representada pelos monopólios estatais e no rígido controle sobre as importações. Apesar de semelhantes, o ataque ao “protecionismo” comercial, por exemplo, se difere da ofensiva ao “isolamento”, dado que é possível defender a “abertura” sem que isso signifique necessariamente uma postura antiprotecionista – como visto na defesa da internacionalização via exportações.

Além disso, é verdade que muitas vezes a crítica ao isolamento é feita com base em uma referência passada, em um suposto modelo passado, mas é também, como já foi visto, produzida a partir de uma situação “recente” antiexportadora. Ao mesmo tempo, o tema dialoga também com os ataques ao Estado em função das questões que levanta acerca do monopólio estatal de alguns setores, escolhidos para a “proteção governamental”. Nesse sentido, retirada do Estado é sinônimo de redução da proteção.

Em texto publicado na *Folha de São Paulo*, em 22 de março de 1989, Jorge Simeira Jacob – empresário, ex-presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC) – exalta o samba enredo da Imperatriz, “Liberdade! Liberdade! Abre as asas sobre nós”, para atacar a excessiva presença “protetora” do Estado brasileiro no mercado. O texto celebra a capacidade das escolas de samba, exaltando a inovação, o aprimoramento e o trabalho dos grupos envolvidos.

O desafio de colocar na avenida, como algumas fazem, rigorosamente no horário, seguindo fielmente um enredo, harmonizando vestimentas, canto, dança, acrobacia; considerando constituir-se de uma multidão desigual, na condição econômica e social, monoliticamente unida por um ideal comum, único, é

⁹³ Idem.

um verdadeiro milagre. Como organização é uma tarefa de complexidade superior ao lançamento de um satélite artificial.⁹⁴

Ao mesmo tempo, o autor aponta para o combustível de toda essa empreitada: “a liberdade”.

Por serem livres é que podem inovar. Por terem concorrência também livres é que têm de inovar. Na competição o que prevalece é o resultado, a conquista da opinião pública. Dela provém motivação à busca da excelência, ambição de desempenho só possível enquanto puderem decidir livremente sobre o seu destino. (...) Está aí a receita para o sucesso: deixar que as pessoas e os grupos tomem conta das suas vidas. A anti-receita seria declarar que “a escola de samba é nossa” e criar para protegê-la um “INPS” (Instituto Nacional de Proteção ao Samba). Os que não acreditam no perigo desta ameaça merecem ser lembrados dos resultados de todas as atividades que feneceram por terem sido colocadas sob a “sábia” e poderosa proteção governamental.⁹⁵

No caso dos alvos, tudo se mistura. Atacar o excessivo controle do Estado sobre a economia é atacar o próprio Estado, o modelo de organização político-econômico e suas bases como, por exemplo, a proteção governamental. Nesse sentido é que a abertura comercial pode ser claramente percebida como parte de um processo de reformulação mais geral do papel do Estado na sua relação com a sociedade brasileira e o mundo.

5.2.3 O Estado sob a mira de todos

Em 1989, o Estado é o campeão dos alvos escolhidos pelas correntes político-ideológicas em disputa – até porque os próprios ataques ao “isolamento” e ao “modelo” são muitas vezes, como visto, formas indiretas de ataque ao seu comportamento, consolidado ideológica e institucionalmente. Em 24 de abril, por exemplo, na *Folha de São Paulo*, o então deputado federal Francisco Dornelles analisou a eleição presidencial daquele ano apontando “o grande confronto de idéias” sobre “a excessiva presença do Estado no

⁹⁴ J.S. Jacob, “A escola de samba é nossa”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 22 mar 1989, p.A-3.

⁹⁵ Idem.

campo econômico”, algo que estaria “provocado grandes distorções no mundo, em geral, e no Brasil em particular”.⁹⁶

O Estado, ao assumir funções de empresário, ativa um processo perverso de centralização das decisões econômicas e políticas, que representa um efetivo e grave risco para as liberdades públicas e para a autonomia das entidades que integram a sociedade. O Estado centralizador impede o florescimento da economia de mercado, instrumento pelo qual uma sociedade define suas preferências, em um regime de liberdade. O Estado centralizador inevitavelmente acaba no Estado burocrático, onde um imenso e pesado corpo de funcionários substitui erroneamente o mercado, decidindo pela própria sociedade o que e como produzir. O “Estado-empresário”, como é o caso do Brasil, representa para a sociedade que paga a conta uma estrutura gigantesca e perversa.⁹⁷

É importante perceber que o ataque ao Estado em geral muitas vezes se faz representado por uma ofensiva contra o “setor público”, que incluía, claro, as empresas estatais e os funcionários públicos, em baixa estima naquele momento. Em um editorial de 11 de julho de 1989, a *Folha de São Paulo* faz uma crítica ao modelo de atuação do Estado na economia ao mesmo tempo em que prega a necessidade do país de atrair capitais, ou seja, de estar mais aberto ao ambiente financeiro internacional.

O artigo faz uma análise do papel geral do “setor público” a partir dos problemas no campo siderúrgico, que posteriormente viria a ser privatizado. A questão se inicia com a defasagem do preço do aço no mercado interno em relação aos parâmetros internacionais, parte da campanha das empresas estatais de conter o ímpeto inflacionário. “O preço do aço no mercado interno acumula um atraso de 30% desde 1980: uma tonelada de aço está custando US\$730 no mercado internacional e apenas US\$440 no mercado interno.”⁹⁸

Segundo o jornal, tal política resultaria numa redução drástica do investimento das empresas estatais, das quais a economia brasileira era extremamente dependente. “A capacidade de investimento com recursos próprios e de terceiros diminuiu ao longo da

⁹⁶ F. Dornelles, “O PFL e a eleição presidencial”, in *Folha de São Paulo*, Opinião, 24 abr 1989, p.A-3.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Folha de S. Paulo, “Atraís capitais”, Opinião, 11 jul 1989, p.A-2.

década a ponto de muitas delas precisarem ... de recursos do Tesouro para pagar despesas de custeio.”⁹⁹

Até quando as empresas estatais poderão continuar servindo para refrear o ímpeto inflacionário sem se tornar obsoletas, e assim inviabilizar definitivamente a esperança de recuperação econômica? (...) Utilizadas para cobrir o déficit no balanço de pagamentos (...), essas empresas assumiram um ônus financeiro que ultrapassa de longe a sua capacidade de pagamento.¹⁰⁰

Nesse sentido, segundo o editorial, são necessárias “operações de saneamento a todo o setor público empresarial” e uma transformação positiva no campo da “absorção de recursos estrangeiros”, com o objetivo de “atrair o máximo possível de poupança e tecnologia, independente da sua forma; créditos comerciais e investimentos diretos”.¹⁰¹

O ataque ao Estado, como já foi dito, também poderia referir-se ao funcionamento do setor público em geral e mesmo mais diretamente ao “funcionalismo público”. Jurista, Thomaz Bastos analisou na época “a ordem pública”, que, segundo o autor, era “arbitrária e injusta, apenas às custas dos mais fracos”.¹⁰²

A falência dos serviços públicos, perpetuando a impunidade e semeando a insegurança, criando uma desordem real sob a fachada de uma ordem aparente, é hoje uma das grandes ameaças à consolidação do processo democrático, porque leva ao descrédito das autoridades públicas e cria campo fértil para a demagogia dos que andam em busca de bodes expiatórios.¹⁰³

Em seguida, o texto ressalta de modo claro o seu verdadeiro alvo: “O problema do Estado.”

É interessante perceber que não só a partir de idéias e interesses econômicos vinha sendo feito o ataque ao Estado. O mesmo questionamento é produzido pela via do orde-

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² M.T. Bastos, “De olho no ano 2000”, in Folha de S.Paulo, Opinião, p.A-3.

¹⁰³ Idem.

namento jurídico. Embutida novamente está até mesmo a crítica ao modelo exportador, porque são alvos notórios os incentivos e os subsídios ao “setor privado”.

O Estado no Brasil, sobretudo a partir de 1930 teve papel importante na criação de uma infra-estrutura econômica, sem a qual não teríamos o nosso parque industrial, a interligação do território (estradas, telecomunicações) e alguns serviços básicos, embora precários em muitos casos. Embora com enormes distorções, o Estado conseguiu beneficiar parcelas importantes da comunidade nacional. (...) Mas um dos vícios de origem desse modelo – a apropriação por grupos privados da poupança nacional – agravou-se ao longo do tempo apresentando hoje níveis alarmantes. A tal ponto que o Estado, por essa e outras razões, tem hoje uma fraca capacidade de investimento, ou seja, não consegue mais cumprir o papel de 10 ou 20 anos atrás. É preciso, sim, diminuir o tamanho do Estado, mas em benefício de todos, a começar pelas grandes majorias. Por isso, o corte drástico do déficit público passa necessariamente pelo corte de subsídios e incentivos ao setor privado. (...) Diminuir o tamanho do Estado significa ao mesmo tempo fazê-lo voltar-se para os setores de saúde, educação e pesquisa e reinstaurar ao país a racionalidade econômica.¹⁰⁴

Simultaneamente ao ataque conceitual ao Estado vinha a ofensiva orçamentária. Eliana Cardoso, com as credenciais de doutora em economia pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts, cobra do Executivo brasileiro o corte imediato do déficit fiscal, visto como motor da crise hiperinflacionária. Segundo a autora, as experiências dos planos Cruzado e Bresser foram exemplos claros de que “a inflação não se cura com controle de preços”. Como já discutido anteriormente, este foi um ponto importante na mudança de agenda no que diz respeito à inflação – o desvio do foco dos preços para o Estado, o que acaba por somar-se às ofensivas antiestatais do fim da década de 1980.

O único caminho que permite recompor o equilíbrio macroeconômico é o corte do déficit fiscal. Existem apenas três maneiras de se cortar o déficit: cortar gastos, aumentar impostos e repudiar a dívida. Medidas razoáveis poderiam combinar a suspensão da construção Norte-Sul, garantindo a credibilidade do compromisso do governo com o reequilíbrio do orçamento; a demissão de 60 mil funcionários contratados sem concurso; o corte de subsídios fiscais e creditícios; e a suspensão provisória do serviço da dívida externa, que seria renegociada pelo governo eleito em novembro.¹⁰⁵

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ E. Cardoso, “Brasil urgente”, in Folha de S. Paulo, Opinião, 29 mar 1989, p.A-3.

O “Estado”, ou melhor, a “crise do Estado” é exatamente o tema do ex-ministro da Fazenda Luiz Bresser Pereira em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, em 1º de junho de 1989. O autor, que se tornou uma referência forte no debate da administração pública, apontou para a mudança que houve entre o “papel [do Estado como] estruturador e fomentador do desenvolvimento brasileiro entre os anos 30 e os anos 70” para o Estado como “obstáculo ao desenvolvimento econômico do país” a partir dos anos 1980.¹⁰⁶

Para Bresser Pereira, no entanto, não se trata de apontar para a “ineficiência intrínseca” do Estado, como faz a “interpretação neoliberal de muitos dos nossos empresários”, a “teoria dos ideólogos conservadores”. Segundo o texto, a precariedade passa pela crise fiscal.

A causa fundamental da presente ineficiência do Estado está no fato de que o Estado brasileiro, hoje, vive uma grande crise financeira, uma grande crise fiscal. ... Diretamente explicada pela dívida externa e pelo populismo desenvolvimentista interno.¹⁰⁷

A crise fiscal, vale perceber, serve para representar o excesso: “No caso brasileiro”, a crise fiscal atual é tipicamente uma manifestação provocada “pela expansão desordenada e exagerada do Estado”, afirma Bresser Pereira.¹⁰⁸ Ao mesmo tempo, percebe-se claramente uma tentativa de diferenciação deste ataque de outra “conservadora”, “neoliberal”, constituindo caminhos diferentes de pensamento e, por conseguinte, de institucionalização. Ao reafirmar que o mercado “é criado e regulado pelo Estado”, Bresser Pereira defende:

Estamos agora no momento de diminuição. Trata-se de um fenômeno mundial que no Brasil tem uma validade redobrada, dada a dimensão da crise fiscal brasileira. Nós interviemos demais, quebramos o Estado, ou deixamos que quebrasse, e agora temos que sanear-lo, reorganizá-lo, reduzindo o grau de in-

¹⁰⁶ L.B. Pereira, “Explicações alternativas para a crise do Estado”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 1º jun 1989, p.A-3.

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem.

tervenção, e ao mesmo tempo teremos que definir suas novas tarefas, no quadro de uma nova estratégia de desenvolvimento.¹⁰⁹

É importante ressaltar que na argumentação há embutida uma ofensiva à forma da relação entre o Estado e as empresas nacionais, que se refere ao problema da crise fiscal por meio dos incentivos e subsídios proporcionados. “O setor privado, que também estava bastante endividado até 79, continuou recebendo todos os subsídios e incentivos a que estava acostumado e mais vantagens adicionais entre 81 e 83”, afirma o ensaio de Bresser Pereira.¹¹⁰ Além disso, isso significa dizer que a redução do Estado pode ser levada à frente por meio da diminuição de subsídios dados ao mercado – o que, mais uma vez, não condiz com a plataforma da internacionalização via exportações. Nesse sentido, Bresser Pereira se posiciona de forma diferenciada em relação aos industriais exportadores e se aproxima do argumento antiestatal:

O endividamento externo dos anos 70, o ajustamento em benefício das empresas privadas no início dos anos 80, o desenvolvimento e o distributismo populistas que se agravaram depois da redemocratização, a manutenção de subsídios e incentivos fiscais que perderam qualquer funcionalidade – todos expandiram o Estado de forma cada vez mais perversa, cada vez mais distorcida.¹¹¹

Vale repetir, é na onda antiestatal que navega a abertura comercial. Não à toa, o presidente das principais associações de bancos brasileiros Leo Wallace Cochrane Júnior escreveu, na *Folha de São Paulo*, em 7 de julho:

Todos sabem que precisamos urgentemente de um programa de governo (...) centrado em torno de uma agenda mínima que deve incluir obrigatoriamente a resolução do binômio déficit público-inflação, novas formas de inserção do Brasil na economia internacional (nas áreas de comércio e de capitais) e um aumento expressivo da eficiência da máquina burocrática.¹¹²

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem.

¹¹² L.W. Cochrane Júnior, “Coragem para mudar”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 7 jul 1989, A-3.

Não à toa, a presença do Estado na regulação da economia também é questionada. Ainda em julho, a *Folha* promoveu um debate de artigos em torno da pergunta: “Você acha que o tema mais importante da campanha presidencial é o da presença do Estado na economia?”

É exatamente o debate em torno do Estado que torna o ano de 1989 especial e representativo no que diz respeito às possibilidades originárias de constituição desse novo Estado, que inclusive se apresenta após 20 anos de ditadura militar. No amálgama complexo de opções que florescem no momento estão diferentes opções de relacionamento entre o Estado e o mercado brasileiro e o internacional, diferentes “aberturas”, formas de integração com a economia internacional, em suma, diferentes Estados. Esta é a linguagem que compõe a ação política, a mudança institucional, escrevendo-a na partitura do tempo.

Sobre a questão, o então deputado federal César Maia (PDT-RJ) afirmou que “era natural e esperado que a discussão acerca do Estado ganhasse prioridade no debate eleitoral”.¹¹³ Nesse contexto, César Maia alerta contra a corrente que, segundo ele, estaria se aproveitando da crise do Estado para objetivos oportunistas, em clara referência à plataforma Fernando Collor de Mello.

Não é a mesma coisa discutir a estruturação do Estado como instrumento de privatização da coisa pública, em toda a sua complexa teia de concessões, ou tratá-lo na simples esfera do moralismo. Não é a mesma coisa discutir a crise fiscal na compreensão dos mecanismos que precipitaram os impasses das dívidas interna e externa, ou reduzir o problema ao custeio e ao salário de servidores. Não é a mesma coisa analisar as teias de incentivos e subsídios, fiscais, creditícios, e os preços públicos rebaixados, como elementos integrantes do processo de acumulação do capital por parte de um empresariado cartorial, ou falar superficialmente da privatização como uma espécie de panacéia sem doutrina.¹¹⁴

Sobre a mesma questão, o professor Ives Gandra da Silva Martins apontou o Estado “deformado e gigantesco” como “o principal elemento a ser combatido pelo futuro presidente”.

¹¹³ C. Maia, “Prioridades reais e aparentes”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 22 jul 1989, p.A-3.

¹¹⁴ Idem.

Todos os outros problemas (desníveis sociais, inflação, má distribuição de riqueza, redução dos investimentos, dívida externa e interna etc.) são efeitos de uma causa, que, se não combatida, também torna impossível o combate às suas consequências.¹¹⁵

Mesmo quem não ataca o Estado por si, acaba por fazê-lo ao criticar os objetivos em voga pelos quais o Estado trabalha, denotando assim um sentido de transformação das condições presentes. É nesse sentido que o jurista Dalmo de Abreu Dallari escreveu:

O que existe na realidade, mesmo onde o capitalismo e a livre iniciativa são mais louvados, é a participação maior ou menor do Estado, variando a forma e a intensidade de sua interferência, precisamente em função dos objetivos que predominarem em cada momento. O mesmo empresário que recusa a interferência do Estado quando pretende que seus lucros sejam ilimitados e que suas atividades fiquem livres de qualquer controle, exige o auxílio do Estado para enfrentar um concorrente estrangeiro, para proteger seus direitos e até seus privilégios ou para apoiar de alguma forma seu empreendimento econômico.¹¹⁶

Vale chamar a atenção para a presença da questão em torno do “auxílio do Estado para enfrentar um concorrente estrangeiro”, bastante representativa da forma como as relações econômicas internacionais do país se inserem no debate intenso em torno da qualidade institucional e do próprio papel do Estado na sua relação com a sociedade, em plena eleição presidencial e após 20 anos de regime militar.

Trata-se de um debate que absorve todas as esferas da relação entre o Estado e a sociedade – e é nesse conjunto de discussões que se insere o novo perfil de comércio internacional, como parte, por exemplo, de um espectro mais amplo de mudanças. Em 2 de outubro de 1989, um editorial da *Folha* afirmou:

Quantifica-se, de um lado, a massa imensa de verbas que seriam necessárias para começar uma ação de combate efetivo às carências sociais existentes no Brasil. De outro, há o patrimônio gigantesco de uma estrutura estatal imobilizada na ineficiência e na irracionalidade econômica.¹¹⁷

¹¹⁵ I.G. Martins, “A inflação federativa”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 22 jul 1989, p.A-3.

¹¹⁶ D. de A. Dallari, “O Estado-instrumento”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 22 jul 1989, p.A-3.

¹¹⁷ *Folha de S. Paulo*, “Desperdício e carência”, Opinião, 2 out 1989, p.A-2.

5.2.4 Os alvos

Em geral, o grande alvo ideológico disseminado pela mídia representativa da época é o “Estado”. Este, no entanto, aparece em várias roupagens diferentes e é atacado por linhas de pensamento completamente diferenciadas. Os defensores da exportação como motor do desenvolvimento atacam o Estado que, no momento, lhe causa entraves. Os mesmos entraves que Merquior critica na diferenciação entre “promoção” e “proteção”, atacando o modelo protecionista. Ambos, no entanto, não condenam a “promoção” estatal no mercado.

Outros, sim. Para alguns, o Estado perdulário, gastador, deficitário, ineficiente é a origem de todos os males, e é preciso reduzir a presença do Estado até mesmo na sociedade em geral. O seu extenso alcance gera corrupção e endividamento insustentável. Retirar o Estado, por esse caminho, significa também esvaziar as subvenções e a proteção tarifária estabelecida.

5.3 Idéias-propostas: abertura e reforma do Estado

Em 16 de fevereiro de 1989, nas páginas de *O Globo*, Carlos Tavares de Oliveira, consultor de comércio exterior da Confederação Nacional do Comércio, reclamou do samba enredo da São Clemente, naquele ano: “Yes, nós temos banana”, citado anteriormente nesta obra.

Mais recentemente, como não podia deixar de acontecer, a crítica à exportação chegou ao carnaval. Uma das importantes escolas de samba escolheu como tema central da sua música-enredo uma acerba condenação à remessa para o exterior do “tesouro” brasileiro.¹¹⁸

Como já foi dito, Carlos Tavares de Oliveira talvez fosse, na época, o principal porta-voz de uma corrente que vinha defendendo não só a manutenção do padrão exportador adotado após a crise da dívida brasileira do início dos anos 1980, como até mesmo seu

¹¹⁸ C.T. de Oliveira, “Guerra à tolice”, in *O Globo*, 16 fev 1989, p.29.

aprofundamento. Em 1989, no entanto, apesar de se juntar aos ecos em prol da “abertura” – uma determinada forma de abertura –, tal modelo vinha se defendendo de toda uma campanha contra, inserida na questão da dívida externa e que transformava as exportações em um símbolo de um país curvado a um exterior mais poderoso.

Além disso, como já visto, as exportações vinham sendo atacadas também pelo seu caráter inflacionário. Afinal, o “modelo exportador” adotado nos anos 1980 amenizou o desequilíbrio externo mas foi incapaz de lidar com os gravíssimos problemas internos do país, como a inflação, por exemplo.

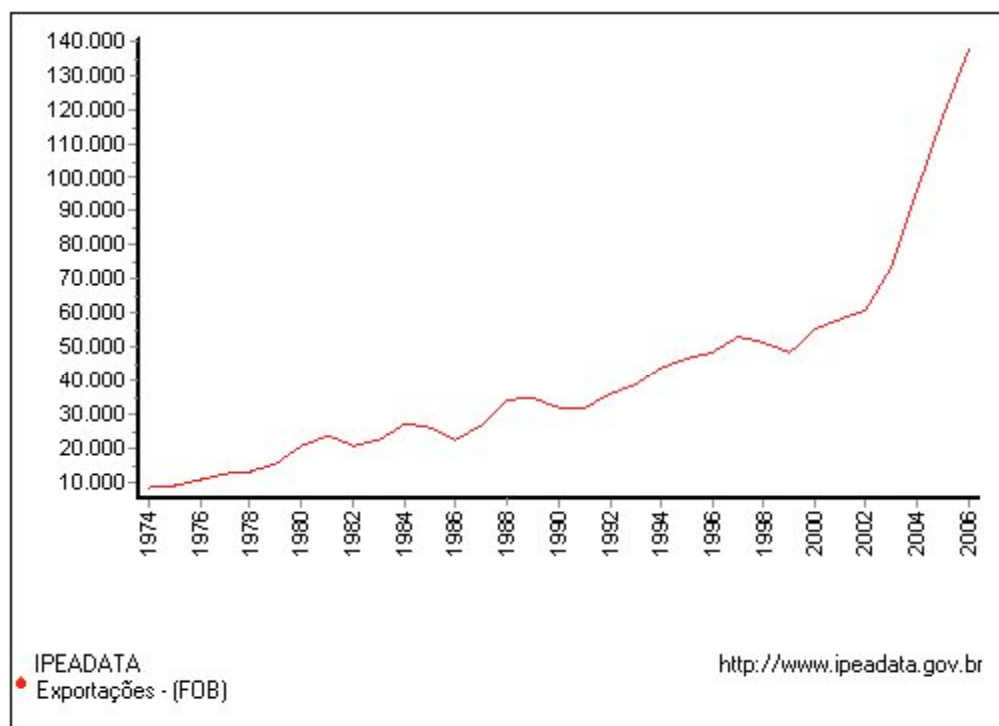
Ao mesmo tempo, o governo, na ânsia dos desequilíbrios fiscais, vinha impondo uma rédea mais dura às transações comerciais, inclusive com metas de redução de superávit, bem como reduzindo subsídios e esvaziando o interesse depreciativo da moeda. Ambas as medidas se somavam aos novos impostos estaduais que incidiam sobre as vendas externas do país, aprovados na Constituição de 88, e que foram percebidos como uma ofensiva clara ao paradigma estatal-exportador vigente desde o desequilíbrio externo do início da década.

Exportar é sem dúvida uma proposta que está sendo colocada em 1989 para a economia brasileira. Além de estar intimamente ligada às relações econômicas internacionais do país, a proposta abraça as idéias de “abertura”, rechaça a “xenofobia”, versão radical do “isolamento”, mas, é importante notar, de forma alguma condena o controle tradicional do Estado sobre a economia. Tal é o caminho que está sendo atacado em um plano mais “popular” pela noção de que “exportar” significa ceder ao estrangeiro o que há de melhor no país, idéia esta também relacionada com a percepção de que o estrangeiro, mais forte, vinha “sugando” os recursos nacionais, o que apresentava ampla inter-relação com a questão da dívida externa.

O mesmo ponto, no entanto, vinha sendo atacado também por um viés “antiestatal” que afirmava: (1) a incapacidade deste tipo de organização econômica (estatal-exportadora) de lidar com a situação de crise corrente; (2) a potencialidade, inclusive, do mesmo modelo, de alimentar a própria crise – dado o seu caráter inflacionário, por exemplo; bem como (3) o anacronismo frente ao “mundo em transformação”.

É preciso entender que de uma certa forma, o modelo exportador já havia sido uma forma de internacionalização da economia brasileira. Como mostra o gráfico a seguir, a

trajetória ascendente das exportações brasileiras na virada do século se inicia antes até da crise da dívida, em meados dos anos 1970, como resposta da última fase próspera do modelo industrializante via substituição de importações: o “milagre econômico”. Vale lembrar, 1973 foi “o ano em que o Brasil cresceu 14%”. A taxa brasileira de crescimento das exportações no período 1968-73 foi de 24,6%, bastante superior ao valor atingido no período 1964/67, 4,1%.



O que irá se apresentar em 1989 são tipos variados de internacionalização. Em especial uma com forte sentido antiestatal.

Nesse sentido, esta seção pretende lidar com o terceiro e último passo no entendimento do processo recente de mudança no perfil de inserção econômica do Brasil. A idéia aqui é identificar as principais propostas que estão sendo feitas à economia brasileira no momento. E, nesse contexto, duas vias conjuntas se ressaltam de forma transparente: a da transformação do Estado e a da abertura.

No âmbito desses dois caminhos, é importante perceber, as correntes exportadora e antiestatal são aliadas na idéia de mais comércio – apesar de diferirem quando se trata do

tipo de comércio defendido. Além disso, as duas posições também são relativamente favoráveis a um acesso maior ao capital estrangeiro e à tecnologia importada.

Se há uma aliança nesses temas mais gerais, as mesmas duas correntes (difusa e centralizada) adotam posições e abordagens diferenciadas sobre a oferta de bens importados, a ação do Estado no mercado, a política cambial, por exemplo. Trata-se de um debate entre diferentes arcabouços de economia política com propostas diferenciadas de internacionalização.

Antes de começar, é importante ressaltar que a seleção feita para esta seção apresenta alguns argumentos apresentados no início de 1990. Isso se deve, em especial, ao intervalo entre a eleição de Fernando Collor de Mello, em 15 de novembro, e sua posse, em 15 de março – prática posteriormente anulada exatamente pelo longo hiato de governabilidade que deixava ao país. Durante esses três meses prevaleceu claramente, como não poderia deixar de ser, a intenção de se pressionar/convencer Collor – o que também explica a forte incidência aqui de posicionamentos políticos produzidos no fim de 1989 e início de 1990, inclusive do próprio presidente eleito. Neste período, Collor começa a apresentar à nação, sem a pressão do contexto eleitoral, o que ele realmente pensa sobre o que deve ser feito, o tema da seção que aqui se segue.

5.3.1 Mais integração

Um momento bastante representativo da força consensual em torno da “abertura da economia brasileira” foi o questionário implementado pela *Folha de São Paulo* aos candidatos à Presidência brasileira e comentado em editorial do mesmo jornal, em 1º de novembro de 1989, não à toa intitulado “Retórica liberal”. Segundo a *Folha*: “Com poucas variações, um razoável consenso parece percorrer as opiniões dos candidatos sobre a questão da abertura comercial.”¹¹⁹

No questionário, o tema do acesso ao capital estrangeiro também está no topo da pauta. “Mesmo Lula e Brizola têm o hábito de não se dizer contrários, em tese, ao capital

¹¹⁹ Folha de S. Paulo, “Retórica liberal”, Opinião, 1 nov 1989, p.A-2.

estrangeiro, do mesmo modo que Covas, Ulysses, Maluf ou Afif’, afirmou a *Folha*, ao mesmo tempo em que reforça “maior integração tecnológica com a economia internacional, a idéia de uma diminuição das barreiras alfandegárias e a crítica a sistemas de reserva de mercado”.¹²⁰

Na virada do ano, em 20 de janeiro de 1990, no jornal *O Globo*, Augusto do Rêgo Bayan, presidente da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agro-Pastoris do estado do Rio de Janeiro, também aproveitou o momento para pedir menos restrições ao capital estrangeiro.

A retomada do nosso desenvolvimento se fará antes pela consciência do novo papel do empresário no processo democrático que vivemos, restaurando-se a confiança dos contribuintes no sistema fiscal, ampliando-se o direito de cidadania e encorajando-se empreendedores, autônomos, pequenos, médios e grandes empresários nas atividades econômicas que por vontade própria escolham reabilitando-se a moeda, incorporando-se o País às práticas da competição internacional, abrindo-se oportunidades de investimento aos capitais, venham de onde vierem, com seu potencial de emprego, divisas e de tecnologia.¹²¹

Em editorial de 24 de julho de 1989, *O Globo* também segue o caminho da abertura. Produzido em protesto às pressões do “Primeiro Mundo” para mais abertura no Brasil e, em geral, nas economias médias em desenvolvimento, o texto enaltece a opção, segundo o jornal, já feita pelo país no ano anterior, em 1988.

No ano passado, essa nova postura começou a ser colocada em prática: as tarifas aduaneiras diminuíram, a lista de produtos com importações suspensas foi cortada pela metade e quase todas as barreiras administrativas e burocráticas foram eliminadas (ao ponto de as agências da Cacex expedirem guias de importação em 48 horas).¹²²

O jornal pede que a pressão política por mais abertura seja substituída por financiamentos à importação, contextualizando a mudança do comportamento brasileiro em relação ao comércio internacional. Ressalta que fortes restrições às importações foram cria-

¹²⁰ Idem.

¹²¹ A. do R. Bayan, “O que tem de dar certo”, in *O Globo*, 20 jan 1990, p.4.

¹²² *O Globo*, “Lógica do comércio exterior”, *O País*, 24 jul 1989, p.4.

das a partir de 1974, como produto do primeiro choque do petróleo, que impôs problemas ao Balanço de Pagamentos do país.

Para estimular a produção interna de itens que pesavam na balança comercial – matérias-primas, bens intermediários, componentes, máquinas e equipamentos –, o Brasil elevou as tarifas aduaneiras e foi criando uma série de barreiras burocráticas para dificultar as importações ao máximo.¹²³

Posteriormente, como afirma o jornal, a crise da dívida externa, em 1982, gerou “uma escalada de restrições para a suspensão de importações de um grande número de itens considerados não-essenciais”, tudo isso respaldado pelas leis internacionais e as regras do Gatt, que permitiam a qualquer país que suspendesse importações quando seu balanço de pagamentos encontrava-se “fortemente desequilibrado”. Com a maturação do processo de substituição de importações – que então abraçava o setor de bens de capitais –, o país “não só deixou de importar inúmeros produtos como passou a ter excedentes para exportar, pois o mercado interno apresentou o crescimento negativo previsto para o período”.¹²⁴

O processo de substituição chegou ao exagero de a indústria só importar 5% do valor de todas as máquinas, peças e componentes que utilizava, percentual semelhante ao de economias que atravessaram longos períodos de fechamento, como a Espanha franquista ou a Albânia stalinista. Mas as autoridades brasileiras acabaram por perceber que os mega-superávits que o País estava acumulando na balança comercial não deveriam servir apenas para cobrir os encargos da dívida externa, mas para possibilitar importações capazes de reduzir os custos internos na compra de componentes e equipamentos para modernizar e aumentar a produtividade do parque industrial.

Tal argumentação vai ao encontro da plataforma exportadora, e é nesse sentido que a “abertura”, como já foi sugerido, ganha uma força dupla de apoio, tanto por um viés mais exportador quanto por outro mais antiestatal, ambos com perspectivas bastante diferenciadas de internacionalização. A expressão “mais comércio internacional”, em 1989,

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem.

que atua sobre a constituição das relações econômicas internacionais do país, tem, na época, como não poderia deixar de ter, vários significados.

Em janeiro de 1990, o jornal *O Globo* volta mais uma vez ao tema da abertura, enaltecendo o fim do “similar nacional”.

O Brasil precisa deixar de ser o país do “similar nacional” – expressão que, assim como “produto supérfluo”, se tornou um instrumento de defesa dos cartórios que se instalaram em nossa economia – para se tornar o país da eficiência e da produtividade. O similar nacional deve ser o produto que, pela sua qualidade e preço, desestimulará qualquer importação, e não o contrário, como tem sido até hoje: o produto que não precisa ser aperfeiçoado nem barateado porque não enfrenta mais que uma simulação de concorrência.¹²⁵

O então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, também toca no tema da abertura, em artigo publicado na *Folha*, em 25 de agosto de 1989. Para o presidente da Fiesp, o Brasil precisava, do novo presidente, de um compromisso com a “modernidade”:

Parece óbvio que o maior ou menor compromisso com a modernidade é que vai determinar que país seremos no século XXI”, sem abrir mão de definir o que realmente significa o que chamou de “palavra-chave do futuro. (...) Essa postura implica, por exemplo, reconhecimento da interdependência do mundo capitalista, que se deve traduzir numa política de maior integração do Brasil com seus parceiros econômicos. Numa palavra, maior abertura ao capital estrangeiro. Desnecessário insistir nessa obviedade: não temos poupança suficiente para financiar nosso desenvolvimento, necessitamos ter acesso às mais modernas tecnologias, condição indispensável à consolidação de uma indústria realmente competitiva.¹²⁶

O líder industrial apresenta inclusive uma perspectiva de abertura que inclui importações em competição no mercado interno com os produtores nacionais, posicionando-se de forma radical em sentido contrário ao tradicional protecionismo do modelo desenvolvimentista.

¹²⁵ O GLOBO, “Sinais de amadurecimento”, O País, 17 jan 1990, p.4.

¹²⁶ M. Amato, “Modernizar – verbo impositivo”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 25 ago 1989, p.A-3.

Abrir nosso mercado à importação pode ser hoje a forma eficaz de contribuir para aperfeiçoar e modernizar o nosso sistema produtivo, na medida em que nos forçará a sermos mais competentes. Uma contrapartida lógica ao magnífico desempenho que vimos mantendo nas exportações.¹²⁷

Exportar, abrir-se para o mercado internacional, liberar o acesso ao capital estrangeiro, flexibilizar o regime importador, todas são idéias de peso que ganham a dimensão de receituário para o Brasil sair da crise que perdurou ao longo de toda a década de 1980. Tais são argumentações que constituem toda uma nova relação econômica do país com o exterior e novas relações internacionais. Mas tudo isso, entretanto, para muitos, é uma parte apenas de todo um questionamento mais estrutural sobre a natureza do Estado. As lideranças no Brasil de 1989 repensaram a constituição do país como comunidade política.

5.3.2 Transformar o Estado

O ano de 1989 no Brasil se caracterizou fortemente por um questionamento relativo à natureza do Estado e, em especial, ao seu papel na economia, ao seu posicionamento nas relações de mercado. Para muitos, sair da crise dos anos 1980, que se aprofundava na virada da década com índices altíssimos de inflação e baixíssimos de crescimento da renda, significava redefinir a qualidade do Estado.

Por exemplo, logo em 1º de janeiro de 1989, a *Folha de São Paulo* publicou em seu Caderno de Economia trabalhos em torno do que fazer para o país superar a crise que ameaçava perdurar pelos anos 1990. Em editorial do mesmo dia, o jornal listou providências como a renegociação da dívida externa, o equacionamento da dívida interna, o equilíbrio orçamentário do setor público, a redução da presença do Estado na economia, o reforço da autoridade monetária, a reforma industrial e a geração de “novos processos tecnológicos”.¹²⁸

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Folha de S. Paulo, “A estagnação brasileira”, Opinião, 1 jan 1989, p.A-2.

Mais além, no que diz respeito ao redimensionamento político do país, o jurista Márcio Thomaz Bastos, também na *Folha*, em 13 de fevereiro, aponta com veemência as necessidade de se reduzir o tamanho do Estado e cortar o déficit público. Nesse momento, muito em voga está a associação entre redução e “desprivatização”. Diminuir o Estado significa aqui “desprivatizá-lo” – ou esvaziá-lo do controle exercido por particulares.

Diminuir o tamanho do Estado, desprivatizá-lo e reduzir a sua ingerência na vida dos cidadãos é algo que só se entende, do ponto de vista democrático, com igual esforço no sentido de fortalecer a sociedade civil e seus instrumentos de representação. Só assim entraremos com o pé direito no ano 2000.¹²⁹

Além disso, é importante perceber que não se trata somente de “transformar o Estado”, mas também, e mais complexo, de modificar a relação deste com os diferentes setores da sociedade, como, por exemplo, o empresarial. Nesse sentido, se inter-relacionam os caminhos da abertura e da reforma da autoridade, quando mais relações econômicas internacionais significam não só mais acesso ao capital externo, mas também menos proteção à indústria nacional. Não à toa, escreve Thomaz Bastos: “É preciso que o empresário nacional aprenda a viver sem as “benesses” do Estado.”¹³⁰

A visão de um jurista, como foi percebido outras vezes em argumentos apresentados por Dalmo Dallari, certamente suscita um questionamento importante relativo ao processo de abertura econômica no Brasil: se este de fato não esteve o tempo todo, em um plano mais macro, interligado à crise de regimes políticos mais centralizados identificada com o fim da Guerra Fria. Como no Leste europeu, é possível aqui vislumbrar a idéia de que a relativa abertura econômica experienciada pelo Brasil a partir do período 88/89 foi um dos produtos da derrocada política, naquele mesmo momento, de sistemas mais fechados de governo, parte específica e peculiar de um mesmo processo: o fim da Guerra Fria. De uma forma estrutural, o período pode ser claramente visto como um em que ordens políticas e, conseqüentemente, regimes econômicos desmoronam.

¹²⁹ M.T. Bastos, “De olho no ano 2000”, in *Folha de S.Paulo*, Opinião, p.A-3.

¹³⁰ Idem.

Como bem representa o texto de Márcio Thomaz Bastos, em 1989, o foco do problema era o Estado, em um momento no qual o país caminhava para a sua primeira eleição direta para presidente em mais de 20 anos:

O problema refere-se ao tamanho e às características que o Estado adquiriu entre nós, e que exigem uma reavaliação a fundo do seu papel. Fala-se muito hoje em modernização e em preparação do Brasil para o próximo século que se aproxima e, a nosso ver, isto inclui necessariamente o problema do Estado.¹³¹

Um artigo do então deputado federal Francisco Dornelles (PFL/RJ), publicado pela *Folha*, em 24 de abril de 1989, também é bastante representativo da idéia de que um grau maior de abertura econômica, de fato, foi produto de um processo de desmoronamento de uma autoridade política mais fechada e centralizadora, em consonância com outros processos semelhantes experimentados, naquele momento, ao redor do planeta, caracterizando o período histórico do fim da Guerra Fria. Escreveu o então deputado: “A escolha do próximo presidente da República encerra em sua essência uma opção fundamental entre o aprimoramento do Estado democrático e a aventura na direção de um estatismo absolutista.” O caminho é o do “aprimoramento do Estado democrático”.

O Estado centralizador inevitavelmente acaba no Estado burocrático, onde um imenso e pesado corpo de funcionários substitui erroneamente o mercado, decidindo pela própria sociedade o que e como produzir. O “Estado-empresário”, como é o caso do Brasil, representa para a sociedade que paga a conta uma estrutura gigantesca, de um custo social alto e perverso (...) A tentação estatista alcançou democracias ocidentais estáveis e também países em desenvolvimento, refletindo-se em decisões políticas estatizantes e limitadoras da atuação da iniciativa privada. As lições da história recente, contudo, estão determinando que países de todas as latitudes e de todos os hemisférios se movam, na atualidade, em direção oposta. O mundo ocidental e oriental experimenta uma tendência poderosa rumo à proclamação da liberdade econômica e do respeito à livre iniciativa, como molas-mestras do progresso material, social e intelectual da humanidade.¹³²

No que diz respeito a um terreno puramente econômico, se é que tal é possível, a idéia central gira em torno da necessidade de uma reforma fiscal. “Cabe ao presidente

¹³¹ Idem.

¹³² Idem.

cumprir o que prometeu, reduzindo a máquina pública, controlando gastos e fiscalizando o pagamento dos impostos”, afirmou a professora Eliana Cardoso, na *Folha*, em 29 de março de 1989. Mesmo a mais pura das intenções econômicas, no entanto, resvala no terreno político, e, para a economista, o não-desenvolvimento de um processo de redução financeira do Estado – processo este caracterizado como “o único caminho que permite recompor o equilíbrio macroeconômico” – levaria nada mais, nada menos, do que à volta de um regime do tipo militar. Em 1989, abertura política e econômica são faces da mesma moeda.

Cabe ao governo evitar o desastre econômico sem precedentes que se delineia no horizonte. Mesmo num ano de eleições, os interesses de longo prazo do país devem sobrepor-se aos fins eleitorais mais imediatos. Mesmo porque, a continuarmos na presente trajetória, o resultado das eleições de 1989 será um golpe militar, pelo qual o presidente e seus conselheiros terão de se responsabilizar.¹³³

Um editorial do jornal *O Globo* de 17 de janeiro de 1990 é bastante claro ao inter-relacionar reforma do Estado com uma economia mais livre, como forma de alívio para a crise em que se encontrava o país. Ao comentar as propostas apresentadas pela equipe econômica coordenada por Zélia Cardoso de Mello ao presidente eleito Fernando Collor, escreveu *O Globo* que tais medidas vinham para “romper com os preconceitos que nos últimos anos se constituíram em obstáculos para o desenvolvimento da economia brasileira”.¹³⁴

A primeira proposta a ser tratada foi a privatização – “uma maneira de tornar as atuais estatais em companhias mais dinâmicas (e menos dependentes do Erário), além de levantar recursos que o Estado necessita para cobrir seu imenso déficit crônico”. Ainda sobre a privatização, diz o jornal, chamando a atenção para um componente fundamental da abertura, é “salutar” que a equipe “não tenha excluído o capital estrangeiro desse processo”.¹³⁵

¹³³ E. Cardoso, “Brasil urgente”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 29 mar 1989, p.A-3.

¹³⁴ *O Globo*, “Sinais de amadurecimento”, *O País*, 17 jan 1990, p.4.

¹³⁵ *Idem*.

Finalmente, é celebrada uma reforma cambial que reduza o controle sobre o mercado de câmbio – vítima da escassez de moeda estrangeira ou da voracidade do Estado-nação endividado –, o que poderia impulsionar o comércio exterior brasileiro.¹³⁶

O comércio exterior brasileiro marcha para um fluxo anual da ordem de US\$ 60 bilhões anuais. Tem potencial para crescer mais mas vê-se limitado por um câmbio administrado, geralmente não confiável – e o comércio exterior depende de regras estáveis e duradouras.¹³⁷

Ao mesmo tempo, e antes de tudo, há de ficar clara a intenção do governo “de equilibrar de forma permanente suas contas”. Um novo Estado, uma nova regulação, uma nova configuração política:

É tudo, em suma, uma questão de amadurecimento – tanto no comando da economia como no comportamento dos agentes econômicos (...) É de se esperar que, na política econômica do próximo Governo, o comércio exterior não seja encarado apenas como um gerador de divisas para ajudar no serviço da dívida externa.¹³⁸

Luiz Bresser Pereira, em artigo publicado na *Folha de São Paulo*, em 1º de junho de 1989, também vai direto ao problema do Estado para refletir sobre o momento político econômico brasileiro de então.

O Estado teve um papel estruturador e fomentador do desenvolvimento brasileiro entre os anos 30 e os anos 70. Suas funções estavam sempre mudando, as formas de intervenção variaram a cada década, mas sempre seu papel foi decisivo na promoção de um desenvolvimento econômico que nesse período foi realmente muito grande em termos comparativos mundiais. Entretanto, a partir dos anos 80 o Estado transforma-se em um obstáculo ao desenvolvimento econômico do país.¹³⁹

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ L.B. Pereira, “Explicações alternativas para a crise do Estado”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 1 jun 1989, p.A-3.

Como foi lembrado anteriormente, havia, para Bresser Pereira, duas formas de interpretar a “crise do Estado”. Uma forma, mais “neoliberal”, que, para o autor, tinha apoio em partes do empresariado e defendia a idéia da “ineficiência intrínseca do Estado”, e outra, que apontava para o problema da crise fiscal. Ambos, no entanto, previam basicamente a solução de sempre naquele momento: a redução/revisão do Estado e/ou da atuação do Estado.

A crise do Estado brasileiro é obviamente uma crise fiscal que pode ser diretamente explicada pela dívida externa e pelo populismo desenvolvimentista interno (...). É tipicamente uma manifestação das distorções cíclicas provocadas pela expansão desordenada e exagerada do Estado (...). É importante, portanto, acentuar o caráter cíclico da intervenção estatal ... Estamos agora no momento de diminuição. Trata-se de um fenômeno mundial que no Brasil tem uma validade redobrada, dada a dimensão da crise fiscal brasileira. Nós interviemos demais, quebramos o Estado, ou deixamos que quebrasse, e agora temos que sanear-lo, reorganizá-lo, reduzindo o grau de intervenção, e ao mesmo tempo teremos que definir suas novas tarefas, no quadro de uma nova estratégia de desenvolvimento.¹⁴⁰

Toda essa transformação não surge assim incólume à influência da tradição. Não à toa, um editorial da *Folha de São Paulo* de 6 de julho de 1989 foi intitulado “A força do passado”. Em referência ao contexto argentino, para tratar de pressões impedoras da reforma supostamente necessária, o alvo principal do texto era, nada mais, nada menos que o Estado. Diferentemente do contexto de 2006, em 1989 a privatização está elegendo governantes no Brasil.

A reação de setores do peronismo aos intuitos privatizantes do presidente eleito da Argentina Carlos Menem mais uma vez parece compor uma situação onde os fenômenos em curso no país vizinho ganham quase imediata relevância para o debate brasileiro. A crise do setor público ameaça (...) as duas economias com semelhante vigor; o risco, numa conjuntura de hiperinflação, é simplesmente o de uma total ruptura das instituições e da mais avassaladora turbulência social.¹⁴¹

É interessante notar que a *Folha* chama a atenção para o embate de idéias do momento, que ocorre tanto no Brasil quanto na Argentina e em muitos outros países do pla-

¹⁴⁰ Idem.

¹⁴¹ Folha de S. Paulo, “A força do passado”, Opinião, 6 jul 1989, p.A-2.

neta, em especial naqueles em processo de desenvolvimento, oriundos do Segundo Mundo, ou de regimes políticos mais fechados e centralizados. Sobre a reação de certos setores do peronismo ao processo de privatização de empresas estatais desencadeado pelo governo Carlos Menem, a *Folha* escreveu: “Não é sem traumas que se abandona, num quadro de mais aguda emergência, um conjunto de convicções, de dogmas e de argumentos que sustentou, durante décadas, a ação de um partido político.”¹⁴²

Segundo o jornal, o mesmo embate no Brasil estaria claramente representado pelo protesto de setores do PSDB contra Mario Covas no Senado, quando este se despediu da Casa e lançou o seu programa de governo como candidato à Presidência pelo partido, proferindo o seu famoso discurso em que afirmou a necessidade de um “choque de capitalismo” no Brasil.

Basta de gastar sem ter dinheiro. Basta de tanto subsídio, de tantos incentivos, de tantos privilégios sem justificativas ou utilidades comprovadas. Basta de empreguismo. Basta de cartórios. O Brasil não precisa apenas de um choque fiscal, precisa também de um choque de capitalismo, um choque de livre iniciativa, sujeita a riscos e não apenas prêmios.¹⁴³

Tentando convencer o país a se libertar do seu passado, o editorial da *Folha* de 6 de julho de 1989 reconhece o “papel importante no desenvolvimento brasileiro” de empresas estatais como a Petrobrás e a CSN, mas afirma: “Se ser hoje de ‘esquerda’ é o mesmo do que em 1950, perde-se completamente a pertinência com os problemas da realidade concreta.” Para então constituir outro campo político-simbólico, apresentando, inclusive, um novo modelo de polarização para o momento:

Toda uma discussão merece ser feita sobre o papel do Estado na economia; várias alternativas de privatização podem ser delineadas; as dimensões desse processo devem ser discutidas; há espaço para debater entre um modelo de economia estritamente liberal e o de um “welfare state” modernizado que não necessariamente presume uma intervenção direta do Estado na área produtiva. O apego a fórmulas feitas e a preferências doutrinárias ultrapassadas vai inviabilizando, entretanto, o próprio debate; discute-se no vazio, com os olhos voltados para o passado; teme-se uma perda de identidade – é o caso, mas uma

¹⁴² Idem.

¹⁴³ M. Covas, “Programa de governo”, DCN2, 29 jun 1989, p.3205.

vez, dos peronistas na Argentina assim como o dos partidos “de esquerda” no Brasil -, e o que se acaba perdendo, com isto, é o próprio sentido do desenvolvimento histórico mais recente.¹⁴⁴

Claramente, como já foi antes apontado, tal apresentação argumentativa é, naquele momento, parte conjunta de um sentimento universal de crise interna e transformação externa:

Em meio a uma crise profunda, que ameaça extinguir as próprias condições de sobrevivência econômica do país num mundo em frenética competição; em meio às ameaças mais vivas de um colapso hiperinflacionário capaz de devastar a própria democracia, setores relevantes de opinião mergulham num passado romântico e, com a mais clara falta de alternativas e de responsabilidade histórica, combatem qualquer tentativa de mudança; e mesmo os intuitos mais tímidos ou condicionais de renovação ideológica se vêem, assim, envolvidos no preconceito, no obscurantismo e na fantasia.¹⁴⁵

O “choque de capitalismo” proposto por Covas também foi assunto de artigo escrito por Fernando Henrique Cardoso, na *Folha*, em 6 de julho de 1989. Cardoso, no texto, procura se colocar em uma posição afastada do que chama de um “liberalismo de remendo”, mas, ao mesmo tempo, se mostra amplamente favorável a toda uma reforma do Estado que reduzisse sua atuação, por exemplo, nas “áreas de produção direta que não lhe são próprias”. Escreveu Fernando Henrique Cardoso:

Covas, no discurso, não teve meias palavras: é preciso um choque de capitalismo. Como? Favorecendo o investimento produtivo, retirando o Estado das áreas de produção direta que não lhe são próprias, acabando com os cartórios e com os subsídios que usam os impostos (elevados) pagos pelos que mais precisam de recursos para dar aos privilegiados do regime, e assim por diante.¹⁴⁶

Ao mesmo tempo, Cardoso também apresenta um novo paradigma, ou “sistema”, para o debate político a partir de então. Um que seja visto como um contraponto consensual ao modelo anterior, “herdeiro direto do período militarista”.

¹⁴⁴ Folha de S. Paulo, “A força do passado”, Opinião, 6 jul 1989, p.A-2.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ F.H. Cardoso, “A novidade dos choques”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 6 jul 1989, p.A-2.

O país está se transformando numa vala comum de desesperados (inclusive de produtores desesperados como, especialmente, os do campo) explorada por “rentiers” da dívida pública e especuladores improdutivos. Tudo isso com a cumplicidade dos que não querem (e alguns que não conseguem) tomar medidas para quebrar este “sistema”, herdeiro direto do antigo “sistema”, do período militarista recente, cuja colaboração para a estatização da economia e para a concentração da renda nunca é de mais recordar. (...) Não será fácil produzir esse choque de modernidade não apenas econômico, mas também social. E isso não se fará se as forças políticas que estão contra o novo “sistema” mantiverem-se isoladas umas das outras, felizes em seu esplêndido isolamento e ainda por cima desconfiando de que cada força que queira somar, se não for “pura”, apenas contamina os que querem mudar as coisas.¹⁴⁷

A maré de mudança era ampla. Incluía tanto Mario Covas quanto o presidente da Federação Nacional dos Bancos, Leo Wallace Cochrane Júnior. Este, em 7 de julho de 1989, publicou um artigo na *Folha* no qual prega uma total “reforma do setor público”, para que depois o país possa “pensar com objetividade nas novas formas de participação brasileira nos fluxos internacionais de bens e de capitais, dentro de um quadro de intensas transformações tecnológicas e de crescente integração da economia mundial”.

Todos sabem que precisamos urgentemente de um programa de governo, se quisermos sair do atoleiro atual, centrado em torno de uma agenda mínima que deve incluir obrigatoriamente a resolução do binômio déficit público-inflação, novas formas de inserção do Brasil na economia internacional (nas áreas de comércio e de capitais) e um aumento expressivo da eficiência da máquina burocrática.¹⁴⁸

O ano de 1989 reúne na mídia representativa um amplo questionamento sobre o Estado, em meio a um ambiente radical de crise interna e de transformação externa. Nesse sentido, a dúvida colocada sobre a natureza do Estado abre espaço para redefinições no que diz respeito à relação desta própria com a sociedade em geral – em uma nova configuração não mais caracterizada por um regime político fechado e centralizado – bem como com o mercado, onde os conceitos vigentes ao longo do processo de industrialização via substituição de importações não mais gozavam de unanimidade, pelo contrário, haviam se tornado alvos tidos como impeditores de uma dinâmica econômica mais positiva.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ L.W. Cochrane Júnior, “Coragem para mudar”, in *Folha de S. Paulo*, Opinião, 7 jul 1989, p.A-3.

É nesse sentido que 1989, em meio a esse contexto e marcado por um amplo debate estabelecido ao redor das eleições de novembro, é um ponto fundamental constituidor do debate político econômico posterior e atual, e, por isso, conseqüentemente, das próprias relações econômicas internacionais do país.

5.3.3 Contra as carroças e os marajás

As idéias de Collor estão em consonância com aquelas apresentadas até então como disseminadas pela mídia representativa no Brasil em 1989. Ora, o foco principal de Collor em 1989 era, sem dúvida alguma, o Estado. “O ponto de partida será a reforma do Estado”, afirmou em discurso na Câmara de Comércio do Brasil, em Londres, em 9 de fevereiro de 1990, quando falava como presidente eleito, a tomar posse em 15 de março. O argumento vitorioso na eleição denota uma nítida discussão acerca da natureza do Estado, típica de um ambiente que experimentava um momento de transição de regimes políticos. Afirmou Collor, na ocasião:

De fato, a construção do Estado brasileiro vem incorporando ao longo da história distorções graves. A tendência que vem do período colonial é a de que o Estado se constitua em centro único de poder no País, controlando e bloqueando a manifestação das forças da sociedade. Neste processo, o aparelhamento do Estado se auto-reproduz, se agiganta e entra em atividades típicas da esfera privada, ao mesmo tempo em que perde eficiência nas que são próprias do poder público. A hipertrofia burocrática termina por enfraquecer o Estado, que não tem recursos, não tem prestígio, não tem autoridade e, portanto, não é respeitado.¹⁴⁹

Mas o que significa “reformular o Estado”? É importante perceber neste ponto como o processo de liberalização da economia brasileira adotado a partir de 1989, tanto no plano interno quanto no externo, constitui parte de um quadro mais amplo de redefinição da política. Sob o manto da “reforma do Estado” está tanto o combate à inflação, pela via da

¹⁴⁹ F.C. de Mello, Discurso na Câmara de Comércio do Brasil, Londres, 8 fev 1990, publicado in *O Globo*, 9 fev 1990, p.6.

reorganização das finanças públicas, quanto a idéia de “uma incorporação mais ampla à economia mundial”. Afirmou Collor:

Ao reformar o aparelho estatal, estaremos já enfrentando o aspecto mais imediato da crise – a inflação. Fazem parte de nossa estratégia nesse combate do fenômeno inflacionário e a estagnação como um todo: um rigoroso ajuste fiscal, com vistas a diminuir o déficit público e acabar com o desequilíbrio orçamentário; um processo de desregulamentação e liberalização paulatina da economia que facilite a expansão do setor privado, o estímulo à concorrência, a assimilação dos frutos do avanço tecnológicos; e, por fim, uma incorporação mais ampla e competitiva à economia mundial.¹⁵⁰

De fato, a idéia é a de uma reestruturação ampla e irrestrita nas relações do Estado com as sociedades brasileira e internacional, inclusive já com a incorporação do discurso relativo ao meio ambiente.¹⁵¹ Collor, naquele momento, representava a linha de frente de um questionamento sobre os modelos “desenvolvimentista” e “exportador”, que previam determinados arranjos para o ambiente interno (incentivo às exportações, por exemplo) e externo (contenção das importações). Um novo paradigma significava também novas relações internacionais:

Do início dos anos 80 para cá, a questão da dívida vem despertando cada vez menos atenção da opinião pública, e da maior parte dos grupos de interesse das sociedades desenvolvidas. O problema quase deixou de ser notícia nesta parte do Mundo. Esse relativo esquecimento dever-se-á, suponho, mais a considerações de ordem jornalística, do que a motivos históricos concretos. Digo isso porque, para os países em desenvolvimento de modo geral, e especialmente para a América Latina, o esforço exigido pelo pagamento da dívida não deixou de produzir conseqüências econômicas cada vez mais graves, e nem de nos aproximar perigosamente do limiar da ruptura social. (...) Nas nações em desenvolvimento, e muito especialmente na América Latina, vai-se consolidando a sensação de estarmos confinados e esquecidos, salvo quando envolvidos em alguma questão de interesse das sociedades desenvolvidas. (...) O Brasil se recusa a ser nação confinada em meio às oportunidades e desafios da cooperação internacional. Deseja participar ativamente do intercâmbio de experiências com outros povos. Orgulhoso de sua identidade,

¹⁵⁰ Idem.

¹⁵¹ Neste mesmo discurso, Collor afirma: “Tenho clara consciência do alcance do drama ecológico. Não vejo sua solução como tarefa do Governo, mas na verdade como trabalho de uma geração. A poluição é herança que recebemos de nossos antepassados e corresponde a um modelo de desenvolvimento que traz altos custos para a vida na Terra. O modelo está esgotado. É preciso corrigi-lo, e de maneira profunda”.

buscará, como sempre, a colaboração franca e igualitária com seus parceiros. Sua atitude é de diálogo e solidariedade num Mundo cada vez mais revigorado pelo ideal de liberdade e pelo imperativo da paz.¹⁵²

Prega-se um novo modelo de desenvolvimento, e, conseqüentemente, um novo paradigma na relação com a sociedade, o mercado, o próprio meio ambiente. Em entrevista coletiva concedida em 14 de fevereiro de 1990, Collor afirma tratar-se de um “projeto de reconstrução nacional”.¹⁵³

Milhares e milhares de brasileiros (...) que se transformarão em operários da reconstrução nacional junto com o Presidente da República, para que nós não mais permitamos que exista na nossa sociedade esses aproveitadores que querem retirar tudo do Estado e da Nação brasileira sem lhes dar nada em troca.¹⁵⁴

O ataque às “elites”, colocadas como alvo do discurso vencedor, se dá pela via da relação destas com o Estado, e a perduração desta relação é tomada como uma causa fundamental dos problemas econômicos e sociais do país.

Uma parte das elites (...) faz com que uma situação atinja à beira do caos absoluto, como essa que nós estamos vivendo. São aquelas elites favorecidas pelas benesses do Estado. São aquelas elites agarradas às vantagens que o Estado lhes possa conceder. São as elites que não são competitivas, que se escondem atrás de cartórios para impedir que seja vista a sua incapacidade, a sua falta de condição de gerenciar o seu próprio negócio. São os ineficientes, são os acovardados diante da realidade nacional, são os acovardados diante da lei da competição, das leis da economia de mercado.¹⁵⁵

Vale chamar atenção para o fato de que a relação entre o Estado e as “elites”, tida como perversa, inclui a proteção gerenciada pelo poder público, inclusive proteção no que diz respeito à oferta internacional. Nesse sentido, a redefinição na qualidade do Estado necessariamente deve incluir, pelo menos, um movimento relativo de desproteção in-

¹⁵² Idem.

¹⁵³ F.C. de Mello, entrevista coletiva concedida em 14 de fevereiro de 1990, publicada na íntegra em *O Globo*, “Vou declarar guerra à inflação”, 15 fev 1990, p.8-9.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem.

terna. Não à toa, as “elites” são “os acovardados diante da lei da competição, das leis da economia de mercado” – nota-se, uma inversão do discurso tradicional antiliberal do período desenvolvimentista, afinal, nesse contexto, os favoráveis às “leis da economia de mercado” são as “elites”.

Em 1989, ao contrário, atacar as “elites” é favorecer as “leis de mercado”. Nesse terreno, plantou-se a semente da liberalização da economia brasileira, inclusive sua relativa e crescente abertura ao ambiente internacional. É esse o campo onde são tratados temas como a reserva de mercado e o acesso à tecnologia, por exemplo. Sobre o tema da reserva, Collor afirmou:

Eu sou, por princípio, contrário a qualquer tipo de reserva seja ela de que natureza for. Eu acho que isso impede o país de se tornar competitivo, porque, nos moldes em que essas reservas são concedidas, elas premiam, isto sim, a ineficiência e escondem a incompetência. Quando eu afirmei que os nossos carros, fabricados no Brasil, eram verdadeiras carroças, se comparados aos carros inteligentes do mundo desenvolvido, alguns entenderam. Outros acharam que eu estava criticando a indústria automobilística. Coitadinha da indústria automobilística, não é? Não há reserva de mercado para a indústria automobilística, mas todos nós sabemos que eles próprios estabelecem as regras que geram o setor e impedem outros de virem para o nosso mercado. (...) Mas os carros são verdadeiras carroças, talvez não por culpa dos fabricantes, e aí eu tenho que dar razão a eles, mas sobretudo por falta de acesso à tecnologia. Em relação, então, à questão de reservas, seja elas de que natureza forem, eu sou por princípio contra qualquer tipo de reserva.¹⁵⁶

O discurso de posse de Fernando Collor de Mello, “Projeto de reconstrução nacional”, proferido em 15 de março de 1990, no Congresso, é certamente um símbolo bastante representativo da idéia de “o que fazer?”, naquele momento. O presidente eleito, ao tornar público o seu programa de governo, apontou a inflação como alvo “número um”, pregou a “reforma do Estado”, a “modernização econômica” e uma nova racionalização do setor público, a fim de se combater o “carnaval de gastos, das emissões e preços”. Collor defendeu a “economia de mercado” e atacou a discriminação do capital estrangeiro.

¹⁵⁶ Idem.

A primeira parte do discurso, não à toa, foi dedicada à transição democrática. Collor, como o primeiro presidente eleito pelo voto direto após o regime militar, enaltece a democracia e o respeito aos Poderes.

A transição democrática brasileira, que culminou nas eleições presidenciais do fim do ano passado, teria sido inconcebível sem a vitalidade do Congresso, logo convertido em Assembléia Constituinte, por todos conduzida com vigor cívico, e que, graças ao trabalho diligente do relator, trouxe-nos texto fecundo e inspirador. Teria sido inconcebível, também, sem a severa vigilância do Judiciário, que através do Tribunal Superior Eleitoral, exemplarmente presidido por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, organizou de modo tão correto e transparente o pleito que restituiu ao povo brasileiro o direito de escolher seu governante. Nem poderia ela, a transição democrática, chegar a termo sem tropeços institucionais se não houvesse firme vontade nacional.¹⁵⁷

O momento é praticamente o pontapé inicial do regime democrático brasileiro pós-autoritarismo militar, e isso de alguma forma há de se refletir na abertura econômica, como um produto de toda uma reformulação na natureza do Estado. Esse mesmo processo, sem dúvida alguma, é então relacionado com os movimentos transformadores do cenário internacional, como a queda dos regimes comunistas europeus.

Nesse sentido, vale a pena entender a reformulação do Estado brasileiro, e, como produto desta, a abertura comercial e financeira com o exterior, ou seja, as novas relações econômicas internacionais do país, dentro do contexto maior do fim da Guerra Fria.

Meu primeiro compromisso inalterável é com a democracia. Ao restaurá-la no Brasil, reatamos com o melhor da nossa tradição de direito, liberdade e justiça. Mas procurando, a partir de agora, não só mantê-la como aprimorá-la, não só honrá-la como enriquecê-la, estaremos colocando o Brasil na vanguarda de um processo histórico de escala inédita. Pois o que estamos vivendo, neste fim do século XX, é uma era de democratização. Um a um, vão ruindo os autoritarismos; em toda parte, vão assomando as liberdades. O Brasil, uma das maiores democracias do mundo, não pode senão figurar à frente desse movimento universal de libertação da humanidade e de generalização da inestimável prática do autogoverno, do estado de direito e da estrita observância dos direitos humanos.¹⁵⁸

¹⁵⁷ F.C. de Mello, “Projeto de reconstrução nacional”, 15 mar 1989, discurso de posse: http://www.collor.com/discursos1990_001.asp

¹⁵⁸ Idem.

Nesse sentido, fica claro que é feita uma associação entre liberdade política e liberdade econômica, pela qual a chegada da primeira implica necessariamente em um aumento relativo da segunda, com amplas referências no discurso e na prática ao plano externo, que vivenciava o fim dos regimes comunistas, no Leste, e também às reformas de Estado, no Oeste; o fim da Guerra Fria e o início dos movimentos globalizantes do fim do século XX. Não seria difícil, assim, colocar o Brasil como parte desse processo estrutural maior.

O contexto brasileiro de 1989 ressaltou idéias como “transição democrática”, “reforma do Estado”, “mais liberdade econômica” e às associava às questões da divisão social, da miséria, da corrupção (os marajás”) e, o alvo “número um” de Collor, da inflação. Tudo passa pela transição democrática, pela reforma do Estado e pela liberdade econômica, em especial a inflação.

A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel. É uma agressão permanente aos assalariados, ou seja, à maioria da nossa gente. Pois são justamente as camadas mais pobres que não conseguem defender-se dela recorrendo a outras moedas. A inflação é, além disso, um enorme fator da desmoralização. Desmoralização interna, pelo aviltamento do salário e o despudor da especulação desbragada. Desmoralização externa, pelo continuo desgaste da imagem internacional do Brasil. Um país que admite conviver para sempre com a ciranda inflacionária pode ser respeitado pelo seu tamanho e potencial, nunca por seu desempenho efetivo. Nada repugna mais ao espírito de cidadania que a corrupção, a prevaricação e o empreguismo. Bem sabem Vossas Excelências que fiz da luta pela moralidade do serviço público um dos estandartes de minha campanha. E assim fiz porque senti, desde o primeiro momento, quando ainda governador, a profunda, a justa revolta do povo brasileiro, de Norte a Sul, nas cidades e nos campos, em todas as classes sociais, contra aqueles que, ocupantes de cargos públicos, desservem o Estado pelo mandonismo ou absenteísmo, o proveito próprio, o nepotismo, ou simplesmente a ociosidade remunerada, com o dinheiro do contribuinte, por conta de funções supérfluas, fruto da infatigável imaginação fisiológica dos que insistem em conceber o estado como instrumento de ganho pessoal ou familiar.¹⁵⁹

Como “mal número um” do país, a inflação está intimamente ligada à natureza do setor público, que assim necessita de reformas profundas:

¹⁵⁹ Idem.

Farei realizar rigoroso levantamento e racionalização do setor público, como prova do meu respeito e homenagem aos verdadeiros servidores, aos que se dedicam zelosa e meritoriamente às tarefas do Estado, e que não devem jamais ser confundidos com os que se locupletam de cargos miríficos e salários mirabolantes, sem nenhuma contrapartida social. Conduzirei um governo que fará da austeridade, ao lado da eficiência, a marca constante da atuação do Estado e um motivo de orgulho do funcionalismo federal. (...) O propósito imediato de meu governo, Senhores, a meta número um de meu primeiro ano de gestão, não é conter a inflação: é liquidá-la. Concentrarei todas as energias do Executivo, pedirei todo o apoio do Congresso para erradicar definitivamente da economia brasileira a erva daninha da inflação, nossa velha indulgência com a fúria emissionista e o déficit público. Minha presidência jogará tudo na vitória contra esse câncer social, esse obstáculo intolerável à retomada decisiva do nosso desenvolvimento econômico e humano.¹⁶⁰

O Estado é o foco político principal do momento, e reformá-lo, uma prioridade. Seria impossível pensar o processo de internacionalização da economia brasileira a partir desse momento sem contextualizá-lo nesse ambiente.

Conhecem Vossas Excelências a agenda de medidas básicas com que encetarei nossa estratégia de extermínio da praga inflacionária. Não poderemos edificar a estabilização financeira sem sanear, antes de tudo, as finanças do Estado. É imperativo equilibrar o orçamento federal, o que supõe reduzir drasticamente os gastos públicos. Para atingir o equilíbrio orçamentário, é preciso adequar o tamanho da máquina estatal à verdade da receita. Mas isso não basta. É preciso, sobretudo, acabar com a concessão de benefícios, com a definição de privilégios que, independentemente de seu mérito, são incompatíveis com a receita do Estado. No momento em que lograrmos esse equilíbrio - o que ocorrerá com certeza - teremos dado um passo gigantesco na luta contra a inflação, dispensando o frenesi das emissões e controlando o lançamento de títulos da dívida pública.¹⁶¹

A inflação demanda a reforma do Estado que produz a abertura econômica. A transformação da “perversão estatal” corre em direção à economia de mercado e à liberalização.

Tudo isso, Senhores Congressistas, possui como premissa maior uma estratégia global de reforma do Estado. Para obter seu saneamento financeiro, empreenderei sua trílice reforma: fiscal, patrimonial e

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Idem.

administrativa. A dura verdade é que, no Brasil dos anos oitenta, o Estado não só comprometeu suas atribuições, mas perdeu também sua utilidade histórica como investidor complementar. O Estado não apenas perdeu sua capacidade de investir como, o que é ainda mais grave, por seu comportamento errático e perverso, passou a inibir o investimento nacional e estrangeiro. (...) Essa perversão das funções estatais - agravada por singular recuo na capacidade extrativa do Estado - exige que se redefina, com toda a urgência, o papel do aparelho estatal entre nós. Meu pensamento, neste ponto, é muito simples. Creio que compete primordialmente à livre iniciativa - não ao Estado - criar riqueza e dinamizar a economia. Ao Estado corresponde planejar sem dirigismo o desenvolvimento e assegurar a justiça, no sentido amplo e substantivo do termo. O Estado deve ser apto, permanentemente apto a garantir o acesso das pessoas de baixa renda a determinados bens vitais. Deve prover o acesso à moradia, à alimentação, à saúde, à educação e ao transporte coletivo a quantos deles dependam para alcançar ou manter uma existência digna, num contexto de iguais oportunidades - pois outra coisa não é a justiça, entendida como dinâmica social da liberdade de todos e para todos.¹⁶²

A reforma do Estado, assim, implica novas relações internacionais para o país, onde ataca-se a presença dirigista da autoridade política, propõe-se uma abertura maior da nação ao capital estrangeiro e ressalta-se a necessidade de um intercâmbio tecnológico e comercial mais amplo com o exterior.

Entendo assim o Estado não como produtor, mas como promotor do bem estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas, além de oferecerem bom nível de vida aos seus cidadãos, com melhor distribuição de renda. Não abrigamos, a propósito, nenhum preconceito colonial ante o capital estrangeiro. Ao contrário: tornaremos o Brasil, uma vez mais, hospitaleiro em relação a ele, embora, é claro, sem privilegiá-lo. Não nos anima a idéia de discriminar nem contra nem a favor dos capitais externos, mas esperamos que não falte seu concurso para a diversificação da indústria, a ampliação do emprego e a transferência de tecnologia em proveito do Brasil.¹⁶³

Em síntese, a “modernização econômica”, que implica “privatização e abertura”, reúne a “liberdade política, reconquistada com a transição democrática, com a mais ampla liberdade econômica”, que prevê menos inflação e menos corrupção.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Idem.

A privatização deve ser completada por menor regramento da atividade econômica. Isto incentiva a economia de mercado, gera receita e alivia o déficit governamental, sustentando melhor a luta antiinflacionária. Isto faz com que a corrupção ceda lugar à competição.¹⁶⁴

Todo esse espectro de reformas também significava um novo posicionamento do Brasil no cenário internacional, onde “o poder monolítico, as estruturas dirigistas e os resíduos autoritários estão na defensiva”. Um contexto no qual “novas áreas se preparam para adotar as leis da economia de mercado, com democracia, respeito pelos direitos humanos e cultura da liberdade”. Afirmou o presidente eleito: “Diante dessas transformações que aceleram o tempo histórico, é preciso buscar fórmulas novas de inserção do país no mundo.” Nesse momento, chega-se à abertura:

O Brasil estará aberto ao mundo. Queremos integração, crescente e competitiva. A diplomacia atuará, de forma intensa, no plano bilateral e coletivo, buscando a cada momento formas novas de cooperação, seja no campo da economia, seja em ciência e tecnologia, seja no diálogo político. O momento é único na história do País e do mundo, e o papel da ação diplomática é estratégico para aproximar a nação dos tempos novos em que vivemos. A impressionante dinâmica das mudanças ora em curso no cenário internacional torna mais grave o risco de cairmos numa situação de confinamento e marginalização. A esse espectro devemos contrapor a clareza de nosso projeto e de nosso desempenho. É imperioso abdicar do discurso estéril e irrealista, do pseudo-nacionalismo que induz ao isolamento, da desconfiança, da ilusão míope de auto-suficiência. Temos, ao contrário, que demonstrar com fatos o potencial e a pujança do Brasil. É preciso que o mundo se convença da necessidade de abrir as portas ao Brasil, e que possamos acreditar na conveniência de nos abrímos ao mundo.¹⁶⁵

E mais uma vez, a experiência externa do fim da Guerra Fria é ressaltada, agora em um paralelo ainda mais claro com os processos vividos no Leste Europeu:

A súbita, inesperada e positiva evolução do Leste Europeu, que aplaudimos com toda nossa sinceridade de democratas, representa um fator a mais para que nos capacitemos da absoluta necessidade de uma in-

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

tegração competitiva do Brasil na economia mundial. País de posse de um parque industrial já completo e integrado, pode o Brasil marchar tranqüilo para a experiência da abertura de sua economia.

Novas relações internacionais, econômicas e políticas; integração como “vocação”:

A palavra de ordem do meu governo, no plano internacional,    só uma: o Brasil não aceita ficar a reboque do processo de transforma  o mundial. O   nico caminho apontado pelo interesse nacional é a integra  o gradual, mas constante e segura, a plenitude do processo econômico. Essa é a realidade dos países mais desenvolvidos do planeta. Essa é a real voca  o do Brasil.¹⁶⁶

5.3.4 Rumo ao século XXI

Em suma, as propostas principais apresentadas na e disseminadas pela m  dia impressa representativa giravam em torno de dois pólos: internacionalizar a economia e reformar o Estado. Entretanto, estavam em jogo projetos diferentes de internacionaliza  o e de reforma do Estado, jogo este que constituirá o debate relativo    política econômica externa brasileira a partir deste momento, quando o paradigma internacionalizante se consolida. De um lado, “internacionalizar” significava mais exportações, mais importações de componentes da produção industrial e acesso ao capital estrangeiro, e, nesse caminho, reformar o Estado certamente significa redução da carga tributária    produção, em especial àquela exportadora, e de modo algum esvaziamento dos mecanismos estatais de financiamento ao setor produtivo, bem como política cambial adequada    atividade exportadora.

Do outro lado, “internacionalizar” significa menos Estado nas relações de mercado, internas ou externas, significa mais produtos estrangeiros, mais concorrência, menos privilégios protecionistas ao produtor nacional, menos privilégios ao capital nacional (em relação ao externo), esvaziamento amplo do papel ativo do Estado na economia, tudo isso como um produto de uma reforma completa do Estado. Além disso, política cambial adequada para o controle inflacionário e restrições mais rígidas sobre a política fiscal.

¹⁶⁶ Idem.